

J O R N A L

20unicamp

Ano 6

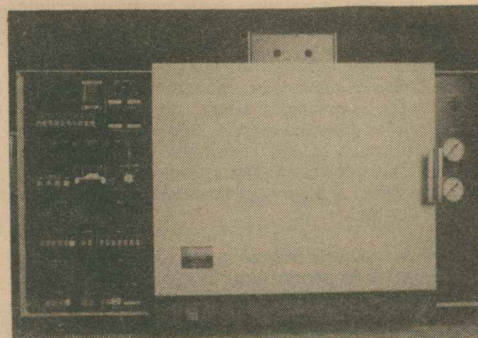
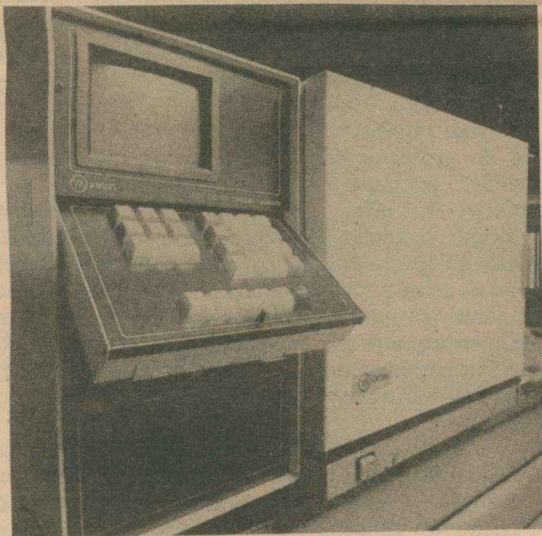
Outubro 86

Monsanto

NEGÓCIO DA CHINA OU ELEFANTE BRANCO?

A Unicamp já efetivou a compra do Centro de Pesquisa da Monsanto por 3 milhões de dólares. Enquanto uns acham um "negócio da china", há quem veja o Centro como "elefante branco".

Na entrevista deste número, Gerez, Galenbeck e Taube falam sobre biotecnologia, fármacos e química fina. O Centro de Pesquisas da Monsanto também foi enfocado pelos entrevistados. Pág. 3 a 8.

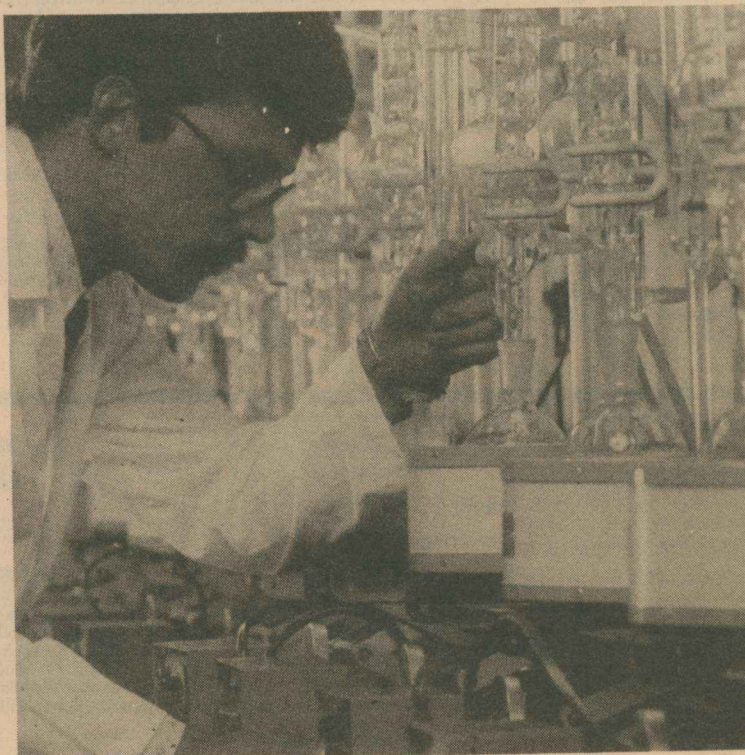
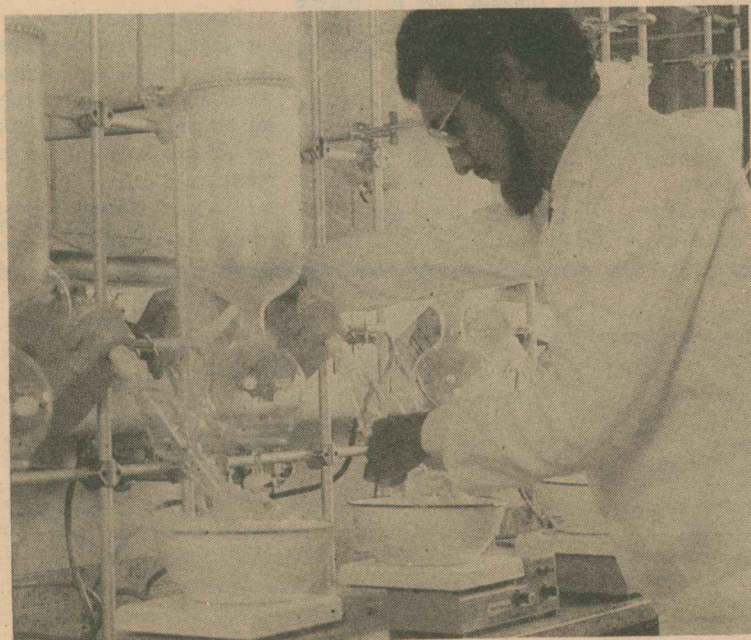


E MAIS
Duas propostas para a carreira docente
Página 2

A discussão em torno do Profic
Página 10

A Editora da Unicamp chega aos 90 títulos
Página 11

Curtas e Grossas
Página 9



Reestruturação da carreira

Para janeiro está prevista uma reestruturação da carreira docente para as universidades estaduais paulistas, que deverá ser acompanhada de melhoria de salários.

O acerto dessa carreira está sendo feito, até o momento, a portas fechadas pelos 3 reitores. Preocupados, iniciamos em nossa assembléia geral uma discussão sobre o assunto e

criamos uma comissão da ADUNICAMP, encarregada de estudar propostas que atendam aos anseios da ampla maioria.

Julgando este um assunto de grande importância dedicamos esta página às duas propostas que foram encaminhadas, a primeira pelo Prof. Penna, que reflete as conclusões da comissão da ADUNICAMP e a segunda de autoria do Prof. Sátiro, um de nossos diretores.

PROPOSTA I

Antonio Fernando Penna — IFGW

As cúpulas das Universidades paulistas estão mobilizando-se para reestruturar nossa carreira docente. Após mais de meio século de USP, que serviu de modelo para as carreiras docente da UNICAMP e da UNESP, acreditamos que já é tempo de reestudar a atual carreira, em face das exigências de uma sociedade moderna.

O quadro da carreira atual compreende cinco níveis (MS-2 a MS-6) além de um nível fora da carreira (MS-1). Não existe uma definição clara de exigência, do ponto de vista acadêmico, que permita enquadrar um docente em cada um dos níveis, exceções feitas para o MS-3 e MS-2 cujos acessos são garantidos pela obtenção dos títulos de doutor e mestre. O acesso aos demais níveis é formalmente feito através de concursos, de uma maneira vaga e não objetiva, sem definição de critérios acadêmicos. Para os docentes do quadro suplementar (em extinção), em alguns departamentos tem sido feito um esforço no sentido de estabelecer critérios objetivos, dentro de considerações didático-científicas, que permitam uma evolução na carreira por mérito, com bases menos casuísticas. Estes critérios, entretanto, embora mais autênticos, pecam pela falta de uniformidade gerando diferenciações de unidade para unidade. Além do mais seria bastante difícil estabelecer critérios claros que definissem o divisor de águas numa carreira com muitos níveis, valendo a pena lembrar que nos países mais desenvolvidos a carreira universitária, em geral, resume-se a apenas três níveis. Tradicionalmente é exigido o pós-doutoramento como pré-requisito para início de carreira. Obviamente as nossas condições sociais são diferentes e, na maioria das áreas, o nosso nível de exigências para início de carreira deve ser bem mais modesto.

No simpósio dos docentes em 1983, organizado pela Adunicamp, foram apresentadas duas propostas de carreira docente muito parecidas. Tão parecidas que o simpósio não chegou a se definir por uma delas, adiando a decisão para posterior deliberação. Elas limitam a carreira docente a quatro níveis verticais, sendo cada nível vertical subdividido em alguns subníveis horizontais. O acesso aos níveis verticais deve pautar-se exclusivamente em questões de mérito, dando incentivo a produção científica, sendo radicalmente vetada o acesso por qualquer outro meio. Poderia ser permitida a promoção nos subníveis horizontais não apenas baseada em considerações acadêmicas, porém, também, por outros critérios como por exemplo o tempo de permanência num determinado subnível etc. Como contribuição ao debate propomos que dos quatro níveis da nova carreira docente um seja preenchido com exigências do mestrado, enquanto os restantes três níveis sejam preenchidos com exigências de doutorado. Isto não exclui a possibilidade de admitir docentes anterior ao mestrado (atual MS-1), onde e sempre que a necessidade exigir, numa posição transitória para acesso definitivo ao quadro. A exigência para discriminar a ocupação dos últimos três níveis (doutores) pode ser condicionada a produção acadêmica tais como orientação de teses a nível de mestrado e doutorado, liderança de grupos de pesquisas, capacidade de organizar e liderar projetos (ou convênios) etc.

Creio que este seria o momento ideal para freiar a mentalidade concursista pelo fato de que, entre outras razões, os concursos pura e simplesmente não contribuem, em nenhum aspecto, para a melhoria do quadro docente; isto com relação a aspectos de competência quer científicas, quer didáticas ou mesmo administrativas. Os defensores intransigentes dos concursos tem uma motivação tácita, a questão da estabilidade do cargo, garantindo uma aposentadoria tranquila, enquanto questões fundamentais são completamente desconsideradas. Método perfeitamente dispensável à vida ACADÊMICA. É interessante enfatizar aqui que raramente, mas raramente mesmo, se vê alguém se reprovado num concurso público (sic); uma vez cumprida a ritualística exigida pela burocracia, a aprovação é automática, mesmo porque a complexidade do ritual é tal que uma reprovação representaria uma humilhação pública ao candidato de tal envergadura, que isto raramente escapa ao controle dos promotores. Quando este deslize ocorre a causa certamente não passa por questões de competência.

O método de promoção por mérito, com avaliação inicial no departamento, sempre nos pareceu um método menos traumático e, por isto mesmo, mais sério. Temos visto um número enorme de casos cuja promoção é negada a nível dos departamentos, após uma análise criteriosa do candidato, com argumentação bastante clara e objetiva. Este processo racional e vetado nos concursos.

Para completar a discussão da carreira docente é mister levantar algumas questões concernentes aos regimes de trabalho. Hoje em dia os docentes devem se enquadrar em um dos três regimes disponíveis: RTP, RTC e RDIDP. O achatamento salarial dos últimos vinte anos associado ao fato de que estes regimes de trabalho não representam as reais necessidades atuais, acabam por transformar-los em puro exercício teórico. Paga-se mal aos docentes e, em contrapartida, fecha-se os olhos aos abusos e descumprimentos dos deveres assumidos. A inépcia governamental gera a inépcia docente.

É impossível pensar numa universidade moderna, exercitando suas funções precípua de pesquisa e formação de pessoal, sem que a maioria dos seus docentes exerçam suas funções em regime de tempo integral e dedicação exclusiva. Entretanto isto não deve ser apenas uma figura de retórica, como ocorre atualmente, onde o tempo integral é uma pura falácia. Se a dedicação integral não for efetivamente prestigiada, com recompensa significativa em relação aos demais regimes, o sistema todo nascerá fadado ao fracasso.

Regimes de tempo parcial também devem ser instituídos para abrigar interesses diversos, porém de maneira mais realista com a disponibilidade dos docentes. Acreditamos que a estes regimes devem corresponder salários condizentes com os trabalhos prestados. Entretanto, é fundamental que se exija a contrapartida da função cumprida. Caso contrário a Universidade vira um engodo. É o caminho mais direto para o brejo.

PROPOSTA II

José Sátiro de Oliveira — FEA

Nos meus dezesseis anos de experiência didática e quase vinte anos de formação universitária, sinto-me a vontade para propor uma carreira docente que, a meu ver, estimule uma progressiva atualização durante toda a vida ativa do professor.

Sou frontalmente contra o tipo de carreira cujos principais estímulos sejam maior salário e maior poder hierárquico. Acho que esses estímulos são importantes, porém devem ser resultantes do conhecimento meritório comprovado através da produtividade didática, de pesquisa e educacional, e não pela habilidade de se autopromover ultrapassando barreiras formais. O concurso tradicional parece medir mais o adestramento do professor ao sistema hierárquico do que à sua criatividade técnico-científica. Um departamento ou unidade de ensino e pesquisa que seja razoavelmente organizado tem todos os dados e dispositivos regulares para avaliar e cobrar progressivamente a produtividade de um professor sem ter que submetê-lo a um concurso formal desgastante. Tal concurso é, entretanto, justificável quando da contratação inicial.

A UNICAMP tem sido destacada pela qualidade e regularidade nos cursos de Pós-Graduação, tanto em nível de Mestrado como de Doutorado. Nossos docentes aceitam com naturalidade, uma formação acadêmica incluindo os títulos de Mestre e de Doutor como exigência na formação profissional do professor universitário, entretanto tem sido rejeitada a inclusão do concurso de Livre Docência.

Tenho estudado com bastante espírito crítico a carreira docente das universidades federais desde a sua implantação e me parece muito apropriada a divisão da carreira em apenas quatro classes ou níveis de titulação formal, os quais são:

Professor Auxiliar — graduado Universitário

Professor Assistente — Mestrado

Professor Adjunto — Doutorado

Professor Titular — Concursado

Diante do exposto, apresento uma proposta da carreira docente que me parece bastante viável e em concordância com o que tem ocorrido na UNICAMP desde a sua criação:

Titular..... 3 anos

..... Concursado

Adjunto..... 2 anos Doutoramento

Assistente..... 2 anos Mestrado

Auxiliar..... 2 anos

Com relação ao número de subníveis horizontais em cada categoria, creio ser conveniente estimular ao docente completar a sua Pós-Graduação o mais rapidamente possível, assim sendo sou favorável que as duas categorias iniciais tenham somente dois subníveis com interstício de dois anos. Para o Prof. Adjunto, o qual já completou a sua formação acadêmica formal, proporia três subníveis através dos quais adquiriria experiência e seria estimulado a se especializar mediante as avaliações periódicas. O professor Adjunto se prepararia, então, para o concurso a Titular após um mínimo de dois anos, ou seja, após atingir pelo menos o segundo subnível. Seja qual for o subnível do Professor Adjunto, ao ser concursado subiria ao primeiro subnível de Titular.

Considerando que sou favorável que o professor deva ser constantemente estimulado a progredir na carreira, proporia um número maior de subníveis para o Professor Titular, talvez seis com interstícios de três anos. Sou da teoria que o problema as vezes detectado em que os professores de níveis mais altos tendem a diminuir a sua produtividade, principalmente em atividades didáticas, seria eliminado se lhes fossem proporcionado uma progressão através de avaliações periódicas.

Na avaliação periódica para progressão horizontal, creio que deve ser através de critérios claramente estabelecidos para cada unidade, tendo em vista as especificidades profissionais. Cada unidade deveria, então, estabelecer uma comissão interdepartamental que encaminharia o parecer aos órgãos deliberativos a começar dos Departamentos. Resta ainda lembrar que, entendendo o concurso a Titular como uma avaliação do desempenho didático e de pesquisa do docente, bem como a sua bagagem técnico-científica. Essa avaliação através de uma banca multidisciplinar daria mais ênfase ao mérito do candidato, do que ao formalismo como atualmente.

Essa carreira além de proporcionar as vantagens já mencionadas, ou seja, estímulo progressivo nas avaliações periódicas e redução no formalismo para progressão nos níveis verticais, propiciaria a isonomia com os colegas docentes das universidades federais.

Proposta já apresentada no 2º Simpósio da ADUNICAMP cujo princípio de 4 níveis foi o preferido pelos docentes.

EXPEDIENTE

Publicação bimestral da Associação dos Docentes da Unicamp

EDITORES

Alfonso (Adunicamp); Silvio (Adunicamp)
Jurandir (FEE); Tomaz (FEC)

Jornalista Resp.: Gilberto Gonçalves — MTPS 11.576

PLANEJAMENTO VISUAL GRÁFICO



ALTERNATIVA
Assessoria de Comunicação

Rua Emílio Henking, 642 — Campinas
Fone: (0192) 42.8009

DIRETORIA

Hermano Tavares — Presidente
Roberto Teixeira Mendes — 1º Vice
José Sátiro de Oliveira — 2º Vice
Silvio Pregolato — Secretário
Alfonso Schrank — 2º Secretário
Aderbal Magalhães — Tesoureiro
José Suassuna Filho — 2º Tesoureiro

SEÇÕES PERMANENTES

Conselho de Representantes — Helena (FE)
Constituinte — Figueiredo (FEC)
Ensino — Milanez (FEC)
Conselho Diretor — Itala (IMECC)
Esportes — Joni (IMECC)
Tribuna Livre — Mário Cencig (IFGW)
Espaço Universitário — Paulo Roberto (IFGW)
Esportes — João Batista (FEC)
Cultura — Raquel (IG)

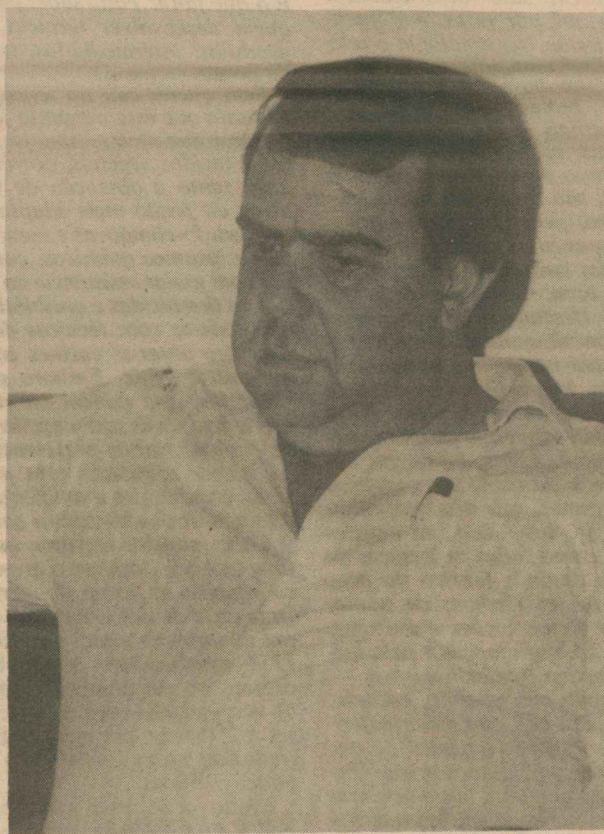
BIOTECNOLOGIA

QUÍMICA FINA

FÁRMACOS

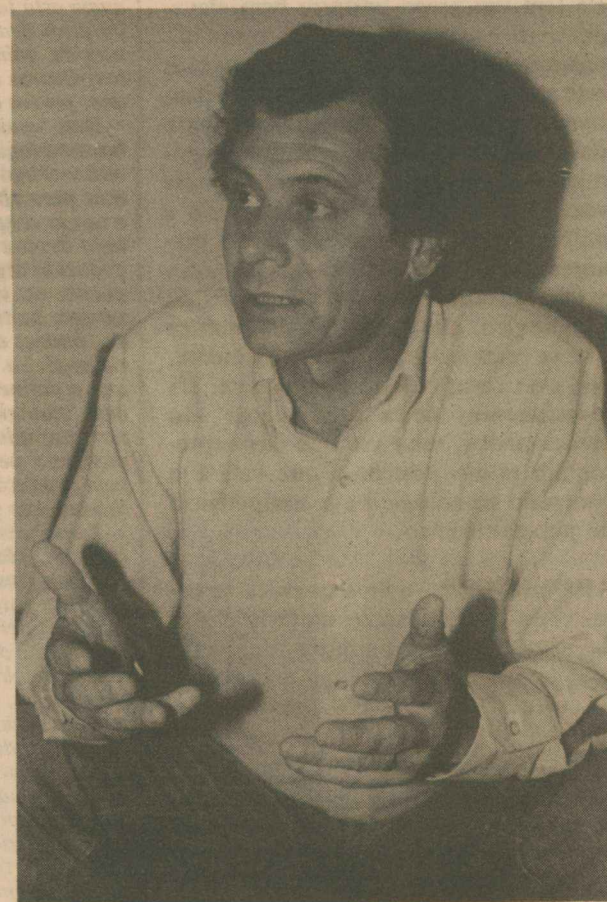


Fernando Galenbeck — 43 anos, químico, formado pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras em 64. Fez doutorado na USP. Passou pelo departamento de Biofísica da Universidade do Colorado, e pela Universidade da Califórnia. Esteve na USP de 65 a 80 quando lecionava também na Unesp. Está desde 1980 na Unicamp, no Instituto de Química. Já foi diretor associado, coordenador de pós graduação, coordenador do programa de química do CNPq, do Conaq e do sub programa de engenharia química do Padct. É representante eleito dos MS-6 no Conselho Diretor.



José Carlos Gerez — Engenheiro químico com mestrado na área realizado na Bulgária onde esteve até 1972. Ao retornar trabalhou no setor privado na área de pesquisa e desenvolvimento. Passou pela Johnson & Johnson e pela Rhódia. Em 82 se transferiu para a Codetec onde desde 1983 ocupa cargo de diretor.

Participaram desta entrevista:
Jurandir Fernandes
José Tomáz V. Pereira
Alfonso Schrank
Luiz F. Milanez
Transcrição: Ivete



Miguel Taube Neto — 50 anos, engenheiro aeronáutico formado pela ITA em 63. Trabalha na Unicamp com matemática aplicada. É diretor superintendente da Codetec. Depois de doutorado nos Estados Unidos esteve no INPE, em São José dos Campos, por um ano e meio. Está na Unicamp desde 1974.

MONSANTO

ADUNICAMP — Vamos começar solicitando de vocês uma definição para biotecnologia, química fina e como é vista a questão dos fármacos.

GALENBECK — É difícil definir biotecnologia ou química fina. A grosso modo poderíamos dizer que química fina é a área da indústria química cujos produtos têm valor unitário elevado. Vamos dizer, cerca de 3 a 5 dólares por quilograma. São produtos fabricados em escala bastante inferior a dos produtos da indústria química de base. O processo industrial, mesmo moderno, é descontínuo, caracterizado por um mercado bastante mutável, ou seja, o produto é ou não utilizado dependendo da melhor ou pior capacidade de atender a uma certa função. A substituição de produtos se dá mais ou menos rapidamente, o que, em alguns casos, torna o mercado de risco apreciável e ao mesmo tempo um mercado com muita oportunidade para inovação.

TAUBE — Eu concordo com o Professor Galenbeck. É exatamente isto que observamos no contexto da nossa atividade, os laboratórios nacionais buscando essa capacidade de passar de um produto para outro. Minha vivência na área de química fina revela que esta é uma área de extrema necessidade de competência, capacidade de detecção, de oportunidades tecnológicas, de assimilar competência diversas... Daí a nossa necessidade, na Codetec, de estarmos próximos a uma instituição universitária.

GEREZ — A característica bastante marcante da química fina é mesmo que ela tem um preço unitário bem elevado. Isto é consequência do conteúdo tecnológico agregado significativo. E este conteúdo será tanto mais significativo quanto mais se caminhar na ponta deste processo. Admitindo que a química fina seja uma árvore, na sua base você tem o petróleo predominando e outras fontes de insumos. Já nos menores galhos teremos as especialidades mais avançadas, com um alto conteúdo tecnológico. Uma empresa de química fina se caracteriza, fundamentalmente, por essa competência tecnológica. Os investimentos nesta área sequer são mencionados, uma vez que eles representam muito pouco, o que vale é o conteúdo tecnológico e a competência do pessoal técnico.

ADUNICAMP — Se a química se caracteriza por um preço unitário elevado, essa definição pode ter uma certa mobilidade em caso de um decréscimo de custo?

GEREZ — Onde começa e onde termina a fronteira entre química e química fina em termos de preços, é bastante relativo. Pode ser 3 ou 5 dólares como falou o Galenbeck mas também pode ser 20 ou 30 dólares, como outro poderia afirmar. Essa grandeza é variável em função não só do tempo, como também do país em que você avalia. E também não é fundamental estabelecer exatamente onde se encontra este número. Nós devemos entender que existe uma transição longa de química de ba-

se para química fina, seriam os chamados intermediários ou meio campo.

ADUNICAMP — Professor Galenbeck, onde entra a biotecnologia?

GALENBECK — Entra, em primeiro lugar, como um possível conjunto de tecnologia cujos produtos são análogos

Biotecnologia: por que debater?

Muito já se disse sobre biotecnologia. Muito já se alertou sobre biotecnologia. Mas por quê? De repente, as ciências biológicas, tão identificadas com a pesquisa básica acadêmica, rompem os limites dos laboratórios e tomam de assalto o setor produtivo. A perspectiva de substituição de processos químicos por biológicos, de geração de produtos por manipulação de organismos e mesmo de "construção" dos novos organismos, desencadeou, a nível mundial, uma nova "corrida do ouro".

Grandes corporações multinacionais passaram a investir desmesuradamente em laboratórios de biotecnologia e, ao mesmo tempo, novas empresas especializadas surgiram para serem pioneiras do novo Eldorado. Isto se iniciou lá por meados da década de 70, atingindo o auge no início dos anos 80.

Neste cenário, nós, agentes passivos históricos dos processos de mudanças tecnológicas do mundo capitalista, nos preocupamos. Esta preocupação, traduzida por um movimento desordenado e alvoroçado de alerta, perdura até hoje, com mais intensidade ainda, diga-se. Mas há motivos para tanta preocupação? Sim há, por mais que as respostas dadas até agora para o problema tivessem sido desordenadas, mal referidas e, até por vezes, mal intencionadas, a questão biotecnologia é relevante e merece ser amplamente debatida.

Os motivos são bastante simples: em primeiro lugar, biotecnologia refere-se a áreas fundamentais como alimentação, saúde e energia e, em segundo lugar, quem está fazendo biotecnologia no mundo e no Brasil, são empresas multinacionais da química, petroquímica e alimentos. Outros argumentos poderiam ser dados, porém estes dois os parecem bastar.

Bem, muito bom, mas o que de fato é biotecnologia? Desculpem se não iniciamos o artigo conceituando o termo, deixamos para abordar isto agora, porque não é tarefa simples. Há na literatura mais de uma dezena de definições, a maior parte deduzida segundo interesses próprios, explícitos ou velados. Assim, há os que enxergam biotecnologia como um conjunto de técnicas de ponta, vale dizer engenharia genética. Por outro lado, há aqueles que a definem como todas as técnicas de base biológica, desde o fabrico do pão, por exemplo, até as técnicas de ponta, passando pelas fermentações industriais, pela produção de biofármacos e pelo melhoramento genético tradicional.

Tanto uns como outros estão, em tese, corretos. Mas para nós, um país periférico, "em vias de desenvolvimento", o que interessa entender por biotecnologia? Para responder esta pergunta basta observar a realidade dos setores em que a biotecnologia se aplica: são, sem dúvida, setores prioritários, onde as carências mais elementares são, por assim dizer, gritantes. Neste sentido, as soluções potenciais que o largo leque de técnicas de base biológica oferecem não podem ser restringidas à fronteira, pois estaríamos descartando a oportunidade de obter respostas técnicas a problemas técnicos (que existem) apesar de não serem a chave da solução da maio-

ou competidores de produtos de química fina. A biotecnologia é vista como um instrumento para que se utilizem fontes de produtos químicos cujo interesse está em competidores de produtos de indústria química sintética. Ela tem aspecto de colaboradora e competidora

da indústria química. O interesse e o envolvimento de empresas, mesmo multinacionais importantes tradicionalmente no ramo químico, com biotecnologia é bem nítido. Muita delas têm investimento muito forte em biotecnologia.

ADUNICAMP — Mesmo no Brasil?

Sergio Salles Filho — NPct/Unicamp
ria dos problemas, mais imediatos e essenciais.

Embasando melhor esta questão, colocaríamos a biotecnologia dividida em três níveis tecnológicos: tradicional, intermediário e de ponta. No primeiro, pode-se citar técnicas de fermentação alcoólica, láctica, melhoramento genético tradicional e outras, no segundo, as técnicas de cultura de tecidos vegetal e animal — que embora antigas, principalmente em vegetais, só agora estão sendo bem desenvolvidas — e os híbridos e, em terceiro, a engenharia genética. Destes três níveis, aquele que apresenta o maior potencial de desenvolvimento no país, face ao grau de capacitação aqui existente, é o intermediário. Para se confirmar isto basta verificar os rumos que os laboratórios de biotecnologia no país, nacionais e multinacionais, públicos e privados, estão tomando.

Com quanto as técnicas intermediárias sejam estrategicamente mais importantes, é fundamental, registre-se, manter programas de desenvolvimento para os outros dois níveis, especialmente o de ponta, pois este responderá pelo nosso desempenho no longo prazo.

Interessante, mas não suficiente para se pensar numa política para biotecnologia. E o que falta? Falta saber para que e para quem desenvolver técnicas, processos e produtos; intermediários, tradicionais ou de ponta.

Sem querer cair no senso comum e no desgaste que esta pergunta já sofreu, vale lembrar que uma mesma técnica de cultura de tecidos vegetais, por exemplo, pode levar tanto à obtenção de variedades de arroz ou feijão mais adaptadas às condições edafoclimáticas e menos demandantes de insumos químicos, como a variedades com maior resistência ao uso destes insumos (herbicidas e antibióticos). Ou ainda, pode-se com técnicas de Engenharia Genética obter-se vacinas contra malária ou contra gripe. Embora simples, estes exemplos, que podem ser multiplicados, dão a medida de que a opção política pode determinar rumos preferenciais de maior ou menor afinidade com problemas sociais, econômicos e ambientais que, acreditamos, todos buscamos solucionar.

Cabe também registrar que esta não é uma tese que dispensa o avanço tecnológico segundo as forças do mercado. Não se trata aqui de descartar uma ou outra via, um ou outro produto, mas sim atentar para a oportunidade que a biotecnologia oferece no encaminhamento de soluções de necessidades prementes, e que só pode ser viabilizada por uma atitude política, traduzida numa intervenção de apoio do poder público.

Muito já se disse sobre biotecnologia, muito já se alertou sobre biotecnologia. Assim, neste momento, temos na Universidade, um papel preponderante neste processo. No mínimo porque somos protagonistas do desenvolvimento científico e tecnológico e, no ideal, porque não podemos fugir à função de gerar e difundir conhecimentos para contribuir de fato, na melhoria da qualidade de vida da população.

Unicamp, outubro de 1986

GALENBECK — Não, fora. Porque realmente a atividade de pesquisa e desenvolvimento realizada por multinacionais no campo da química no Brasil, embora seja uma atividade existente, detectável, é muito pequena em relação ao esforço total do grupo. Todos os

grupos químicos estão fortemente envolvidos com biotecnologia. No mínimo, por que percebem que boa parte do mercado que tem hoje vai ser um mercado de produto biotecnológico em futuro próximo.

ADUNICAMP — No caso da biotecnologia também há grande importância aos recursos humanos, capacitação técnica e conteúdo tecnológico?

GALENBECK — Na biotecnologia a situação é, pelo menos, similar à química fina. Talvez a necessidade de competência de recursos humanos seja ainda mais acentuada.

ADUNICAMP — E nós temos, pelo menos, um embrião dessa competência no Brasil? No setor universitário, por exemplo?

GALENBECK — Se olharmos todas as áreas de biotecnologia, vamos ver que existe competência. Existem níveis desiguais de competência entre essas áreas. Podemos até dizer que o Brasil já esteve melhor em termos de competência. Basta ver a crise de produção de soro antiofídico, que está começando a ser resolvida. Levando-se em conta que o Brasil já foi um país com bastante pioneirismo em produção de soros, esta crise mostra que houve uma decadência relativa. Uma curiosidade: provavelmente uma das técnicas analíticas mais importantes da biotecnologia é a erectarese, criada no setor do Butantã há quase 50 anos. Logo, o país já teve bastante pioneirismo e contribuições expressivas de produção, mas parte disto foi perdida. No caso específico da engenharia genética que é uma das grandes perguntas da biotecnologia ao mesmo tempo grandes esperanças e grandes dúvidas — é óbvio que o movimento dentro do país deixou a desejar e acho que dentro da Unicamp tem sido praticamente nulo.

ADUNICAMP — Você tem sentido isso, Taube?

TAUBE — Eu estou mais como observador externo nessa movimentação tecnológica que acontece. Minha experiência na Codetec demonstra que é preciso haver determinação política e direcionamento em nível de produção, pesquisa e financiamento às pesquisas e aos investimentos. Parece que, de repente, o Brasil começou a falar em química e química fina que é prioridade citada até pelo presidente da república.

ADUNICAMP — Na área federal quem está levando este problema; É o Ministério da Ciência e Tecnologia?

TAUBE — No Ministério de Ciência e Tecnologia existe uma secretaria, ainda, em nível de estruturação, de biotecnologia. Ela está procurando uma política de atuação. Procurando encontrar posições para suportar várias iniciativas. Nós mesmos, da Codetec, estamos sendo beneficiados por interesses da Secretaria de Biotecnologia para que possamos colaborar no processo tecnológico do setor. A Codetec, até o momento, se dedica a uma ação na área tipicamente de química fina. Ou seja,

nós trabalhamos com produtos sintéticos e não na área de antibióticos por via fermentativa. A perspectiva é que, com o suporte da Secretaria de Biotecnologia, do CNPq, da Ceme, nós possamos constituir um grupo para trabalhar na área de fermentação.

ADUNICAMP — E com relação à assimilação tecnológica, como isto está se dando?

TAUBE — Eu vou dizer como nós iniciamos o trabalho na Codetec. Eviden-

ADUNICAMP — E o estágio na área de química fina na Unicamp, como está?

GALENBECK — Antes de mais nada é preciso pensar em qual pode ser o papel da Universidade. Para mim ela tem o papel de formação de pessoal. Ela dificilmente funciona bem como centro de desenvolvimento. Do ponto de vista da formação eu acho que a Unicamp, ao nível de graduação, cumpre de maneira destacada o seu papel no panorama do país. Já não diria o mesmo com

plinares, em geral, são resolvidos puramente em nível pessoal. Assim, o arcabouço institucional me parece muito limitado. No Instituto de Química existe um esforço de implantação de uma unidade piloto de química fina de escopo muito mais limitado do que se esperaria. Um ponto deve ser ressaltado nesta discussão: as tarefas que se podem visualizar e que têm de ser cumpridas são muitas. Só a relação de fármacos que a Ceme tem e para os quais seria desejável ter desenvolvidos projetos no Brasil, passa de duas centenas. Isto só falando de fármacos. Se formos discutir outros produtos de química fina, aditivos, pigmentos, corantes, catalisadores, etc, veríamos que temos um número de tarefas muito grande pela frente. O número de pessoas que pode cuidar disso, no momento, é pequeno e os recursos materiais para isso são limitados. Então acho que algum esforço de articulação teria que ser necessário, no mínimo, para que se conseguisse atingir alguns objetivos.

GEREZ — Eu gostaria de colocar o seguinte: existe um elemento que está fazendo falta neste processo de geração tecnológica. Este elemento me parece estar a meio caminho entre a química e a engenharia química. Na medida que

interseção. Esta interseção pode ser criada usando-se, inclusive, o nível de mestrado. Não imagino que isso possa ser feito em nível de doutorado, onde se deve ter uma preocupação científica realmente, mas em nível de mestrado creio ser possível. Apesar de ser só dois anos que temos trabalhado, surgiu uma série de citações de temas, de demandas onde há possibilidades de uma tese de mestrado se desenvolver em volta daquilo, contribuindo ao mesmo tempo para o processo tecnológico de desenvolvimento.

ADUNICAMP — E você não tem relação alguma com o programa de mestrado, seja da química, engenharia química, ou tecnologia de alimentos?

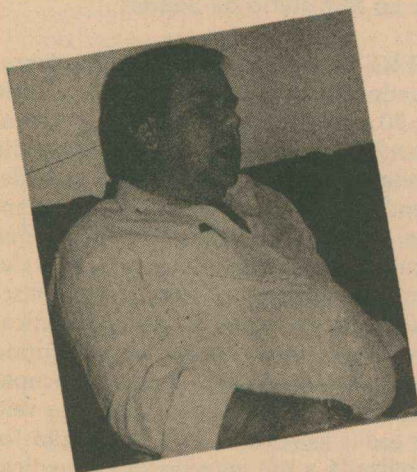
GEREZ — Não, nenhuma.

ADUNICAMP — Há alguma oportunidade?

GEREZ — Eu diria que não houve tempo. Como o Galenbeck colocou, não há relacionamento algum. O que há é uma troca de informações entre pessoas, mas não um relacionamento institucional. Seria interessante que houvesse. A Codetec, pelo menos está podendo detectar as necessidades e as demandas desse programa específico em química fina.

ADUNICAMP — Para retomar, o que é biotecnologia?

GEREZ — Sem a necessidade de ser muito didático, eu diria que tanto a química como a química de síntese, como a biotecnologia, visam construir moléculas. Uma usando determinado conjunto de técnicas e recursos que se convencionou chamar de síntese. Outra usando recursos e técnicas que se convencionou chamar de biotecnologia. De forma um pouco grosseira, eu diria que fármacos são moléculas e um sub-setor de química fina, construído por produtos representados por moléculas mais ou menos elaboradas.



“Os médicos tem a cabeça feita pelos laboratórios multinacionais”

José Carlos Gerez

temente temos que nos basear em pessoas, em motivações, em lideranças, e isto foi feito com a vinda do Gerez que tem uma experiência industrial importante, tem uma visão das coisas que poderiam acontecer ao nível comercial e de desenvolvimento no Brasil. Ele convenceu outros colegas a participarem desta aventura da Codetec e assim fizemos um grupo que nucleou uma série de atividades.

ADUNICAMP — Em quantas pessoas vocês são?

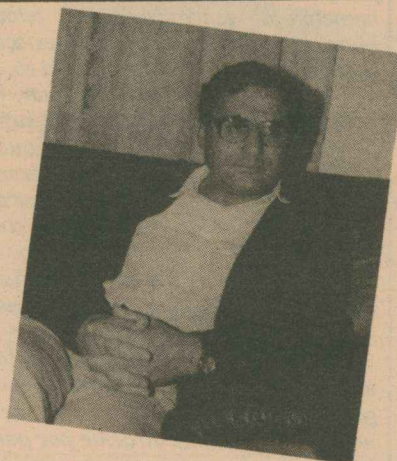
TAUBE — Cerca de 80 pessoas. A Codetec tem um espectro de interesses, em princípios, muito grande, mas hoje estamos enfatizando a área de química fina. Assim, praticamente todas estas pessoas estão neste setor.

ADUNICAMP — E o perfil delas, qual é?

TAUBE — Bem, nós temos um grupo de pessoas que, mais ou menos, dá conta de uma série de facetas e depois temos o pessoal engajado dentro de uma certa estrutura de desenvolvimento. Nós nos preocupamos muito também com a renovação e assim é que buscamos alunos da Unicamp para estágio e imediatamente contratamos os melhores. Hoje são cerca de dez estagiários. Está feita a mistura de competência nos mais diversos níveis. Também mandamos gente para fora. Hoje temos duas pessoas que foram inicialmente trabalhar na Inglaterra e estão estendendo seu programa, fazendo mestrado e doutorado. Estamos também na área de biotecnologia, ou melhor, fermentações, buscando também formar uma equipe. Já temos contatos no exterior e mesmo no Brasil no sentido de repetir o modelo para a área de fermentações.

“A universidade dificilmente funciona bem como centro de desenvolvimento”

Fernando Galenbeck



relação à pós-graduação. Talvez esteja faltando um pouco mais de planejamento, de especificidade na direção dos trabalhos.

ADUNICAMP — O que está faltando para que isso aconteça?

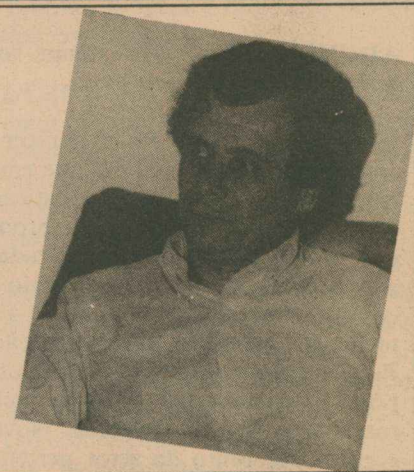
GALENBECK — Um pouco mais de contato entre todas as partes envolvidas no processo. As propostas comuns têm sido muito poucas. Em nível institucional, creio que seria necessário trabalhar para que se conseguisse completar e fechar melhor o espectro de ações que é necessário ter.

ADUNICAMP — E aqui dentro da Unicamp, está havendo um relacionamento entre as pessoas que poderiam estar envolvidas em programas comuns sobre química fina?

GALENBECK — Eu diria que a articulação, dentro da Unicamp, é no mínimo, precária. Não temos programas multi-unidades, os contatos interdisci-

“A Codetec tem um espectro de interesses muito grande, mas hoje ela enfatiza a área de química fina”

Miguel Taube Neto



a química fina tem um conteúdo tecnológico muito forte em química propriamente dita e um conteúdo razoável em engenharia química, é necessário que se desenvolva um elemento que tenha bastante habilidade em química, mas que tenha também conhecimento na área de engenharia química. É necessário que estes dois conjuntos criem uma

Aquelas mais elaboradas geralmente são obtidas por biotecnologia ou fermentação. As menos elaboradas geralmente são obtidas por via sintética, um processo mais fácil de ser determinado tecnologicamente. Logo, sempre que se podia sintetizar um determinado medicamento, buscava-se o caminho da síntese e evitava-se o caminho fermentati-

vo na medida que o conhecimento do processo de síntese era mais bem dominado. A tendência agora é reverter. Fármacos são um sub-setor da química fina, dos mais importantes sob todos os aspectos sócio-econômicos.

ADUNICAMP — A grande aplicação dos fármacos então, é como produto da base para os medicamentos?

GEREZ — Exato. Fármaco é o princípio ativo dos medicamentos. O comprimido, a drágea, nós chamamos de medicamento e de fármaco chamamos o princípio ativo que está contido neste medicamento.

ADUNICAMP — Existe um número de fármacos básicos? Qual é o elenco da fármacos já dominado pela tecnologia?

GEREZ — O mercado mundial consome cerca de 2 mil fármacos ou duas mil substâncias químicas farmacêuticas. No entanto, cerca de 300 delas são efetivamente importantes e necessárias ou imprescindíveis. Os outros podem ficar num plano secundário. A Ceme tem uma relação nacional de medicamentos onde ela explica quais são as principais substâncias, as prioritárias para o país. Esta relação é modificada a cada dois anos. Existe uma comissão de médicos de diferentes especialidades, pesquisadores de diferentes instituições que constituem um colegiado e renovam a cada dois anos esta relação. Hoje ela deve estar por volta de 250, 260 medicamentos. Algumas vezes ela chega até 300, diminui para 250, enfim, o número gira em torno disso.

ADUNICAMP — Até que número nós dominamos esta tecnologia?

GEREZ — Creio que no máximo uns 40 e com um nível de verticalização muito baixo. Quer dizer, você importa intermediários bastante avançados e faz as últimas etapas, de síntese, aqui. Mas às vezes se faz uma codificação aqui e se apresenta como produtor. Em suma, muito pouco é produzido aqui.

ADUNICAMP — Há algum sendo produzido integralmente?

GEREZ — Existe. Pode parecer até contraditório, mas aqueles que empregam tecnologia das mais sofisticadas, como fermentações, quando produzidos, o são de forma verticalizada. A produção só acontece num estágio único, complexo mas único, que é a fermentação, o estágio da fermentação. O Brasil produz muito mais antibióticos por via fermentativa. Esta produção é totalmente desnacionalizada. Noventa e cinco por cento do setor pertence a empresas multinacionais que produzem atendendo uma estratégia elaborada pela sua matriz. No último ano, não sei se vocês viram nos jornais, de repente a Pfizer entendeu que não mais produziria a tetraciclina aqui e parou de produzir. Assim, de um momento para o outro, o Brasil se viu sem o antibiótico.

ADUNICAMP — Quer dizer que a

nossa dependência é de mais de 90%? Qual o percentual do mercado tem a Cibram?

GEREZ — Tem pouco. No caso do antibiótico acho que não passa de 10% no todo. A Cibram é uma indústria de capital nacional, um grupo farmacêutico tradicional, antigo, embora a presença de ABBOT seja muito forte, perto de 5%, isso se agrava pelo fato dela não ter talvez o domínio do capital, o controle do capital, mas ela tem o domínio tecnológico. Eu acho que a Cibram está em vias de ser desnacionalizada. Existe um gráfico que mostra a evolução da indústria farmacêutica na-

pois acabaram "dançando", durante a década de 50, num processo de desnacionalização.

ADUNICAMP — Esses grupos multinacionais têm laboratórios de pesquisas aqui ou todos trazem os projetos acabados?

GEREZ — Eles trazem os projetos acabados. Nós não decidimos, absolutamente, qual o fármaco mais conveniente para a nossa população.

ADUNICAMP — Qual tem sido a posição da Ceme neste sentido?

Unicamp, Monsanto e biotecnologia

A Unicamp está comprando o Centro de Pesquisas da Monsanto, em Betel — próximo a Barão Geraldo — por 3 milhões de dólares, para montar um Centro Multidisciplinar de Apoio às áreas de química, biologia e eng. agrícola.

Inicialmente veiculada como a compra de um Centro de Biotecnologia para a UNICAMP, a notícia, que ventila oficialmente há mais de um mês, tomou de surpresa docentes e pesquisadores desta e de outras universidades de São Paulo, causando certa apreensão nestes meios.

Esta apreensão é, por muitas razões, justificável. Primeiramente, há hoje uma preocupação generalizada com relação à biotecnologia e qualquer manifestação de investimentos nesta área é, por si só, fator de inquietação. Em segundo lugar, as informações veiculadas não foram suficientemente completas para clarear questões simples e elementares, como exemplo, quem iria financiar a compra, para que realmente servem as instalações existentes, quem irá ocupar o Centro, que tipo de linhas de pesquisa serão ali conduzidas, como se pretende sustentá-las e que custo de manutenção terá o Centro.

É bem possível que a origem destas dúvidas esteja radicada na forma como a negociação foi conduzida, ou seja, ocorreu uma oferta bastante atraente por parte da Monsanto que, por sua vez, exigiu uma resposta rápida da UNICAMP. Assim, a necessidade de tomar uma decisão em um curto espaço de tempo, acabou por determinar uma solução de oportunidade.

O questionamento que vem ocorrendo na Universidade, sugere que o debate sobre uma atitude que tem reflexos em várias unidades da UNICAMP — e no próprio desenvolvimento da biotecnologia — merece maior amplitude. Pode-se argumentar que não se deva desprezar uma oportu-

nidade destas. É certo, mas até que ponto a oportunidade da ocasião pode realmente ser um bom investimento no médio e longo prazos?

Acreditamos que somente uma discussão sobre aquelas — e outras — questões acima referidas, poderá esclarecer se este Centro é de fato necessário e, caso seja — o que parece plausível —, como se irá aproveitá-lo da melhor forma possível.

Corre-se o risco de, ao comprar e ocupar o Centro, a universidade não tenha recursos suficientes para sustentá-lo. Já se disse que serão necessários 500 mil dólares para a manutenção do Centro. O que poderá ocorrer então, é que estes e outros recursos — destinados à implantação e continuidade das linhas de pesquisas — serão obtidos mediante a execução de pesquisas para empresas privadas. Evidentemente que a execução de projetos para o setor produtivo não é, em princípio, uma prática preocupante, pelo contrário, é até desejável, caso haja um planejamento prévio, com objetivos explícitos e formas de articulação bastante claras, de modo a permitir certa autonomia e trazer à Universidade o devido retorno pelo trabalho realizado.

Este posicionamento reflete nada mais que a preocupação que uma aquisição deste porte desperta. Tudo indica que a lógica mais correta seria, a partir de um programa de capacitação em biotecnologia — e nas áreas correlatas que se pretende implementar — detectar-se as necessidades e os objetivos e, aí então, investir para a realização do programa.

Entretanto, se assim não pode ser feito, que seja agora amplamente discutido o "Projeto Monsanto" e que ele seja parte do Programa de Biotecnologia que a UNICAMP vem gestando há cerca de três meses.

O Brasil foi bastante suficiente em medicamentos no passado, no início do século. Naquela época a situação era inversa, 90% era produção nacional, eram laboratórios nacionais. Depois o comportamento da curva é uma reta que reverte essa situação. Hoje somos 90% multinacionais.

GALENBECK — No começo da década de 50 havia algumas empresas de capital nacional, de controle nacional, tecnologia nacional, como o Instituto Pinheiro e o LPB — Laboratório Paulista de Biologia, que eram empresas verticalizadas. Elas fabricavam parte apreciável de matérias primas mas de-

GEREZ — Ela tem atuado só no mercado institucional, ou seja, naquele segmento que não adquire medicamento, que recebe gratuitamente. Ela tem a relação nacional de medicamentos e procura atender a população com aqueles medicamentos. Agora, não é assim naquela parcela da população que compra medicamentos. Essa compra é resultado de uma receita médica fornecida por um médico que está com a cabeça feita pelos laboratórios multinacionais que investem em propaganda médica. Eu, freqüentemente, encontro com colegas da Faculdade de Medicina e noto que eles estão com a cabeça feita. Eles recebem o que é novo e o que é

de fora. Logo, a questão farmacêutica passa também pela formação do médico. Eu acho que o esforço da Ceme tem sido fabuloso. Tenho muita admiração pelo pessoal da Ceme, apesar do preconceito que tenho pela coisa pública. Eu acho que este pessoal tem conseguido fazer verdadeiro milagre. Primeiro no sentido de fomentar um programa tecnológico sem recurso algum. A Ceme fomentou este programa, do qual a Codetec participa, sem recursos, em se comparando com outros setores, como informática, microeletrônica...

ADUNICAMP — A Ceme está acoplada ao Ministério da Saúde?

GEREZ — Hoje, está. Ela foi degradando. Foi criada no início da década de 70 como um órgão vinculado diretamente à presidência da república. Ela pretendia reverter esta situação de dependência total na área de medicamentos. Ai, o pessoal daquela época, que deu origem à Ceme, retorna hoje a Ceme, na sua direção. Esse pessoal conseguiu criar um plano diretor de medicamento. Alguma coisa que preocupou todo mundo. Diante desta preocupação houve a atuação política que veio de todas as formas. A Ceme então foi rebaixada a um entreposto de medicamentos, ficando vinculada à presidência da república, nada mais fazia a não ser comprar medicamento através de licitações e depois distribuir para a população carente através dos postos, Inamps, etc.

ADUNICAMP — Esta atuação política se deu através de pressões? Que tipo de pressões? Você tem dados, informações a respeito?

GEREZ — A pressão é forte. Tem um lobby muito forte no setor. À frente deste lobby temos a Associação Brasileira de Indústria Farmacêutica. Nós estamos falando de um negócio que gira em torno de 2 bilhões de dólares por ano. É o setor farmacêutico. Isto porque o Brasil é um país subdesenvolvido. Ele consome algo na ordem de 12 dólares per capita ao ano. Mas se atingirmos o nível da Argentina, que é de 40 dólares per capita ao ano, vamos chegar a 8 bilhões de dólares por ano. Hoje o Brasil é o sexto maior mercado do mundo e vamos ser o terceiro ou quarto do mundo. Tem muito dinheiro. O negócio é muito grande. Dá para se fazer muito lobby.

GALENBECK — Um exemplo bem típico foi aquele caso do GIFAR (Grupo Interministerial da Indústria Farmacêutica) em que havia um programa de fomento à indústria nacional possivelmente no setor de fármaco e o projeto passou basicamente quase dois anos engavetado, dependendo da assinatura de dois ministros da época. Um era o Ministro do Planejamento e o outro da Fazenda: Galveas e Delfim. Os dois nunca assinaram o projeto já assinado por outros ministros, com aprovação e encaminhamento técnico de nível.

ADUNICAMP — De que tratou este grupo?

GALENBECK — Basicamente, entre outras coisas, discutiram-se incentivos para desenvolvimento de processos para produção de fármacos no país, por empresas consideradas de capital nacional.

GEREZ — Agora veja, além da importância em si do setor, pelo que ele representa socialmente, pelo que ele representa estrategicamente, como valor, pois eu acho que é o maior sub-setor da economia, tem um outro aspecto. Através dele você transborda para todos os outros setores da química fina. Quando você ingressa no setor de produção da fármacos, você adquire competência para fazer fármacos, você adquire, naturalmente, competência para fazer aditivos para alimentos, aditivos para corantes, os próprios corantes, aditivos para plásticos, etc. Essa competência leva ao domínio total da química fina. Por que começar por fármacos? Eu repito, não é só porque é importante estrategicamente, mas é porque o Brasil não reconhece direito de patente, como uma série de outros países não reconhecem direito de patente na área de medicamentos e na área de fármacos. Isso permite que o processo de geração de tecnologia seja muito mais rápido.

ADUNICAMP — Neste setor, caberia também uma política de reserva de mercado?

GEREZ — Eu acho que qualquer setor, sem uma proteção, morre. Morre porque é brigar com verdadeiras potências. O setor químico se caracteriza por grandes corporações. Por exemplo, o setor têxtil da Rhodia está há dez anos no vermelho, só para brigar com a Celanese. Nenhuma empresa nacional tem capacidade para brigar nesse nível. É evidente, portanto, que, se mecanismos de defesa não forem criados em favor da empresa nacional, ela não sobrevive. Tem que haver mecanismos de defesa. No caso da química fina a coisa

vo com a Ceme atuando como grande comprador?

GEREZ — Existe uma coisa que todas as empresas usam, abusam e até exorbitam. A Petrobrás, por exemplo, tem os seus fornecedores catalogados, fichados. A Rhodia é a mesma coisa. Ora, o governo compra metade dos fármacos consumidos no país e os distribui gratuitamente. O governo, então, detém metade do mercado farmacêutico, mas não usa o direito de compra. É só ele usar o direito de compra e passar a nível nacional e acabou.

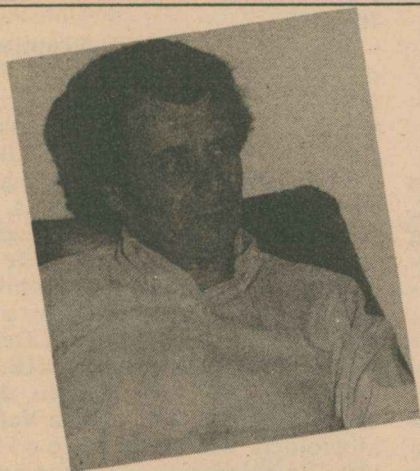
ADUNICAMP — E isso resolveria?

GEREZ — Sim! Isso resolveria a questão. Vamos ter, na pior das hipóteses, 50 por cento do mercado. O mercado chamado institucional vai ficar nas mãos das empresas nacionais e com isso se fomenta o crescimento do setor. Depois, quando ele crescer, vai entrar sozinho e aí terá condições de brigar.

ADUNICAMP — E quanto tempo seria necessário para a indústria nacional dar essa resposta aos 50 por cento do mercado?

“Eu queria lembrar que neste momento tem muita gente no país procurando o que fazer com o dinheiro”

Fernando Galenbeck



“É possível se fazer alguma coisa com pequenas iniciativas”

Miguel Taube Neto

fica difícil pois o assunto é mais complexo do que a informática, por exemplo. É difícil definir segmentos, produtos. Mas, apesar dessa complicação, acho que deve haver uma legislação que proteja.

ADUNICAMP — Existe então a possibilidade, senão de uma reserva de mercado, pelo menos de um mercado cati-

GEREZ — É uma questão para dois ou três anos. Agora, é preciso, primeiro, definir qual é o mercado institucional e, segundo, dar poder de compra à Ceme de todo mercado institucional. Hoje ela não tem esse poder. Ela tem 6 por cento do mercado. O resto, as próprias prefeituras compram. Enfim, é um esquema todo fragmentado e o pessoal insiste para que ele seja o mais frag-

mentado possível e para que não dê esse poder de compra ou até mesmo de barganha que a Ceme teria se ela pudesse dominar.

ADUNICAMP — E qual é a quantidade de recursos necessários para, em dois ou três anos, se atingir esse nível de capacitação?

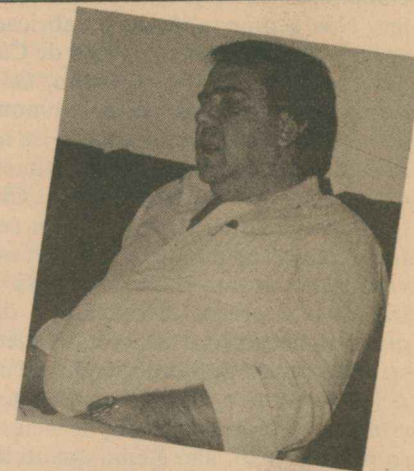
GEREZ — Seria uma resposta natural da própria empresa. Na medida em que a Ceme detivesse os 50 por cento e

o poder de compra do governo, em geral das estatais, ajudaria muito. Os produtos denominados fármacos são aproximadamente 40 por cento da química fina. Então você pega o filão que é maior, é mais estratégico e ataca por aí. É perfeitamente viável ter uma “lei de reserva de mercado” mas simplesmente usando a legislação existente e o poder de decisão para implantar o sistema.

ADUNICAMP — Este cliente institu-

“Nós não decidimos absolutamente, qual o fármaco é mais conveniente para a nossa população”

José Carlos Gerez



cional supriria os recursos financeiros. E quanto aos recursos humanos?

TAUBE — É claro que a consolidação e afirmação de uma estratégia desta, demora, mas dá para, pelo menos, reverter a expectativa num prazo curto. Isto é fundamental. Os nossos laboratórios da Codetec funcionam há dois anos, efetivamente trabalhando na área piloto. O prédio foi inaugurado e só depois de alguns meses que as instalações piloto ficaram prontas. Nós estamos trabalhando, atualmente, com 40 produtos dos quais 10 ou 12 já foram, efetivamente implantados a nível industrial.

GEREZ — Eu diria que até o final do ano nós chegaremos aos 30 produtos, 30 fármacos.

TAUBE — Trinta fármacos implantados em indústrias.

GEREZ — A resposta da indústria vai demorar um pouco mais. Talvez leve mais seis meses porque elas estão terminando as construções. O ritmo de empreender a fábrica é um pouco menor nosso ritmo de gerar tecnologia.

GALENBECK — Eu queria lembrar que nesse momento tem muita gente no país procurando o que fazer com o dinheiro. De repente há uma porção de investidores, de especuladores que estão com o dinheiro disponível. Eu acho que se pode dar a estas pessoas uma perspectiva de investimento num processo em que o país tem um interesse estratégico muito grande. Só não sei por quanto tempo vai durar esta situação atual.

GEREZ — O importante, para que tudo isto aconteça, é que o investidor tenha a expectativa de que a situação vai se reverter. Se ele não tiver, ele não in-

comprasse preferencialmente das empresas nacionais, estas empresas iam crescer e investir até atingir este nível de capacitação. Enquanto não atingir, vai comprando da multi mais próxima. O dia que tiver capacidade de atendimento, passa a atender. Isto aconteceria naturalmente. Assim aconteceu no México, na Espanha, na Itália e assim aconteceu em dois ou três anos.

ADUNICAMP — Mecanismo semelhante a este que você está sugerindo?

GEREZ — Exato. Ninguém, fez reserva de mercado. O que se fez foi exercer o poder de compra e acabou. O governo exerce o poder de compra como toda empresa exerce. Compra-se de onde quer. Não é necessário nem legislação.

GALENBECK — Tem sido pleiteada, às vezes, uma lei de reserva de mercado. Agora, quando se começa a discutir como seria essa Lei, fica muito difícil defini-la. A diversidade de produtos é muito grande. A substituição de produtos é constante. Então existe uma série de dificuldades. eu acho que usando

veste. Porque entrar sabendo que a Rhodia está à sua frente como concorrente, ou a Jonhson, vai ser difícil, até psicologicamente.

TAUBE — Deixem eu situar alguns números para que se possa perceber como é que na Codetec nós montamos esta infra-estrutura. Primeiro houve um financiamento direto da Ceme e da Secretaria de Tecnologia Industrial. Fizemos tudo num mercado brasileiro. Todos os equipamentos que temos foram comprados aqui, projetados na Codetec. Nós acompanhamos a fabricação em caldeirarias aqui na região de Campinas, mesmo da planta piloto. Os laboratórios foram projetados e montados em função da coordenação da nossa equipe e o montante do investimento dá um milhão e meio de dólares. Claro que houve naquele momento um certo favorecimento, pois as empresas estavam com a demanda baixa e aceitavam trabalhar a preços menores. Eu diria que o investimento, hoje, na Codetec, seria da ordem de 3 milhões de dólares. A folha está por volta de um milhão de cruzados ao mês. Se multiplicarmos isso por 10 ou 20, não é uma quantidade apreciável para o governo que queria fazer uma mudança substancial no setor. Nós já fizemos investimentos muito maiores no setor energético, por exemplo. O setor que tem uma situação claramente desvantajosa merece prioridade. Isto para o governo é trivial. O necessário é ter uma firmeza política, uma concatenação de esforços, organização, uma certa perspectiva industrial, tecnológica e científica, porque atrás disso tudo virá a formação de pessoal. Só daqui a 10 anos vamos ter frutos efetivos, mas já temos medidas imediatas bastante evidentes e palpáveis. Não é um bicho de sete cabeças. Tem gente querendo dizer que é inviável fazer qualquer modificação no setor de química fina, pois é muito complicado, etc. É possível se fazer alguma coisa com pequenas iniciativas.

GALENBECK — Mesmo com este excesso de pessimismo, que existiu e durou tempo demais, deve haver no país umas 40 modalidades de projetos de desenvolvimento de química fina. Há várias coisas acontecendo no país. Apesar até das próprias indefinições do governo. Existem casos em que os atrativos são tão grandes, que mesmo sem definições por parte do governo muita gente arcou com os riscos e hoje está tocando a coisa prá frente.

ADUNICAMP — Aproveitando as colocações do professor Taube sobre o número dos fármacos e os recursos necessários para sua produção, talvez pudéssemos colocar a questão dos laboratórios da Monsanto.

GALENBECK — Ao que sei, provavelmente, não é satisfatório. Não tenho acompanhado em detalhes o caso. Sei que o Centro de Pesquisas da Monsanto foi instalado há alguns anos aqui perto de Campinas, começou trabalhar em algumas áreas e acabou desativado. Aí surgiu uma negociação de transferência ou arrendamento do centro pela Unicamp. Eu não vi ainda uma relação detalhada do que seja o acervo do centro. A área é grande e as instalações fi-

sicas, pelas informações que tenho, são muito boas. Mas eu tenho algumas preocupações. A primeira delas é saber se a Unicamp vai encontrar nesse centro alguma coisa que ela não encontre, sem ônus, ou com ônus relativamente pequeno, trabalhando junto com a Embrapa ou com a Codetec. A segunda preocupação é que, a universidade, particularmente no Brasil, na área de química tem sido pouco desembaraçada, muito pouco competente para gerir desenvolvimento. E existem alguns exemplos disso. O mais notável é o chamado prédio semi-industrial da USP que é o metro quadrado mais caro da cidade universitária de São Paulo e cujos resultados, depois de 15 anos, são inteiramente escassos. Algumas outras razões existem, como por exemplo a própria atividade de gerência. Gerir uma planta piloto com regime de servidor público é coisa muito difícil. Acho que ninguém conseguiu isso em parte alguma do país. O tipo de agilidade que é exigido, realmente não tem nada a ver com o que a universidade tem conseguido fazer. Eu mencionei o caso da USP, mas existem outros, como na Federal do Rio de Janeiro, na Federal da Bahia e na Federal do Paraná. Eu não consigo ver muito bem o que a Unicamp conseguiria oferecer em termos de capacidade de administração que nos outros lugares não foi encontrada. Por princípio seria bastante cético com relação aos resultados de atividade deste centro. Agora, também acho que é uma oportunidade que deve ser analisada, discutida. Pode ser uma grande oportunidade.

ADUNICAMP — E a sua opinião, Taube?

TAUBE — Eu tenho até um certo temor de comentar sobre isso já que o Galenbeck, inclusive, mencionou uma alternativa de trabalho para a Codetec. Como professor da Unicamp acho que é uma decisão que exige extremo cuidado. Nós podemos ter um negócio extremamente vantajoso agora, mas que poderá dar ônus muito grande no futuro. As minhas dúvidas são quase as mesmas do Galenbeck. Será que a universidade está buscando algo coerente com a sua vocação? Talvez até o Hospital das Clínicas, fosse uma unidade da Universidade que devesse ser separado. E quais são os problemas que existem lá e que entram em conflito com a própria natureza universitária? Problema gerenciais, é claro. No caso do centro talvez isto fosse numa escala muito menor, mais fácil de ser resolvido. Mesmo assim coloco dúvidas. A região de Campinas é propícia para uma série de parcerias para se fazer programas de desenvolvimento, ter uma atividade química importante. Temos o exemplo da Embrapa e com certeza outras empresas estão necessitando de se servir de parceiros tecnologicamente mais preparados. Talvez pudessem vir aqui e, em cooperação com a universidade, desenvolver seus programas. E existem outras alternativas para se pensar também nessa direção. Agora, às vezes o negócio é bom demais e você tem que pegar. Eu fico numa posição muito desconfortável para fazer qualquer avaliação.

3 milhões de dólares

Unicamp fecha negócio com a Monsanto

“A compra dos laboratórios do Grupo Monsanto pela Unicamp é um grande negócio. Porém, é preciso ressaltar que o sucesso dele está nos passos a serem dados daqui para frente”. A afirmação é do professor Francisco de Assis Machado Reis, do Instituto de Química, que acompanhou de perto a montagem destes laboratórios quando ainda trabalhava para aquele grupo. O Conselho Diretor da Unicamp aprovou a compra do Centro de Pesquisas Agrícolas Monsanto na reunião do dia 30 de setembro. Dos 4 milhões e 100 mil dólares propostos inicialmente, a Unicamp conseguiu efetivar o negócio por 3 milhões de dólares.

O Centro de Pesquisas Agrícolas Monsanto está instalado numa área de 42 hectares na estrada Campinas — Paulínia, entrada da Vila Betel. Ele é dotado de 4 câmaras de crescimento com capacidade de reproduzir qualquer clima existente no mundo, durante o tempo que for necessário, e possui duas casas de vegetação (ambientes controlados de grandes dimensões desenvolvidos com base nas câmaras de crescimento). Dos equipamentos instalados, 90% são importados (cromatógrafos líquidos e gasosos, centrífugas, Liquid Sintilation Counting e outros).

O Centro possui uma planta piloto e os laboratórios de formulações e análise de resíduos apresentam condições ambientais através de condicionador de ar central, água quente e fria, linha de vácuo e central de gases. Uma fazenda experimental de aproximadamente 35 hectares-equipada com máquinas agrícolas, barracão abrigo, área de manutenção, sistema de tratamento de água, alagado para incêndio, central telefônica, telex, salas de reunião, escritórios por laboratórios e acesso asfaltado também fazem parte do patrimônio adquirido pela Unicamp.

A negociação

A política da Monsanto era descentralizar a pesquisa. Baseado nela, os laboratórios do Brasil funcionaram de maio de 1981 até dezembro de 1985. Um retrocesso na política inicial levou a Monsanto a pensar em formas plausíveis para dispor dos laboratórios desativados desde o final do ano passado.

Em julho deste ano, o professor Francisco Reis foi procurado pela direção da Monsanto com proposta de transferência dos laboratórios para a Unicamp. Após tomar conhecimento da questão, a reitoria formou uma comissão para analisar o assunto. A primeira proposta por parte da empresa era de um leasing por 10 anos e, ao final deles, a transferência pelo valor residual. Paralelamente se condicionava a transação a pesquisas conjuntas. “Esta possibilidade foi descartada de imediato”, explica o professor Francisco Reis. “A contraproposta da Universidade foi de leasing no valor ano de US\$ 300 mil, com aquisição no final do período, pelo valor residual, mas sem pesquisas conjuntas. Depois de muitos estudos eles acabaram por oferecer o



Centro por US\$ 4,1 milhões, ou seja, cerca de Cz\$ 55 milhões”.

Viabilização

Duas outras comissões foram criadas pela reitoria: uma para analisar economicamente a proposta e outra para analisar tecnicamente o Centro de Pesquisas. Os relatórios dessas comissões foram apresentados ao Conselho Diretor que decidiu pela compra à vista. Os recursos que inicialmente seriam obtidos junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia acabaram sendo conseguidos com o Governo do Estado. “O reitor Paulo Renato havia negociado esta verba com o Ministério, mas preferiu se empenhar junto ao Governo do Estado diante de algumas colocações sobre a possibilidade de corte de verbas para pesquisas, por parte do Ministério”, esclarece o professor Francisco Reis.

Para ele, o Centro de Pesquisas adquirido pela Unicamp será de fundamental importância se a comunidade acadêmica demonstrar interesse em participar de programas pluridisciplinares de pesquisa. E segundo o professor, existem vários interessados, como o laboratório de cultura de tecidos do Departamento de Bioquímica do IB, o laboratório de cultura de tecidos e receptores hormonais do Departamento de Tocoginecologia da FCM, Departamento de Biologia Celular do IB, laboratório de pesquisas vegetais do IB, Departamentos de Fisiologia Vegetal e Morfologia Vegetal do IB, e o laboratório de química de produtos naturais do IQ.

A ativação do Centro depende agora das discussões institucionais. “Se estas discussões tiverem desfecho rápido, possibilitando a criação da estrutura de comando, temos condições de colocá-lo em funcionamento num curto espaço de tempo. Cerca de dois meses a partir destas definições, mesmo levando-se em conta algumas mudanças que terão de ser realizadas no Centro, bem como a aquisição de alguns equipamentos complementares”, finaliza o professor Francisco Reis.

Colégios técnicos e carreira docente

Luiz Eduardo C. Quitério — Cotil
Michael Sadalla Filho — Cotuca
Orlando Lencioni Filho — Cotil
Paulo Damir Tunissi — Cotil
Vera Rubioli Brunetto — Cotuca

Criados há 20 anos os Colégios Técnicos da Unicamp, localizados em Campinas e em Limeira, vêm enfrentando historicamente vários problemas:

— falta e inadequação de equipamento e material didático;

— estrutura administrativa não democrática e totalmente diferente da que se encontra em vigor nas outras unidades da Universidade;

— vigência de uma carreira docente imposta pela administração anterior, baseada na contratação de docentes no regime hora/aula, sem critérios de ascensão, mantendo os salários em níveis baixíssimos, não proporcionando as condições objetivas de trabalho (tempo de preparação de aula, correção de provas e aprimoramento da qualificação do docente), dando como consequência mais pernicioso ao ensino a alta rotatividade dos docentes, principalmente nas áreas técnicas.

Assumindo a iniciativa, os docentes dos Colégios Técnicos, juntamente com a ADUNICAMP, deram início a um processo de discussão com o objetivo de elaborar propostas para a resolução desses problemas.

Após a discussão do conjunto dos problemas, os docentes consideraram que deveriam concentrar seus esforços em dois pontos: reestruturação administrativa e quadro da carreira docente.

O processo de discussão da carreira docente ocorreu em sete reuniões realizadas em Campinas e em Limeira, sempre contando com número expressivo de docentes. Durante o processo foi solicitada uma audiência de representantes dos dois colégios e da ADUNICAMP com o Reitor para colocá-lo a par do andamento dos trabalhos. Na ocasião foram acordados prazos para apresentação das propostas para o novo quadro da carreira docente, Conselho de Escola e do processo para eleição do Diretor do Colégio.

Os princípios que nortearam os trabalhos para a elaboração do plano de carreira Docente foram: a melhoria das condições de trabalho docente e o estabelecimento de critérios objetivos para a ascensão na carreira.

Os pontos fundamentais do plano proposto são:

— criação de jornadas de trabalho (10, 20, 30 e 40hs) — com tempo máximo destinado a docência de 50% da jornada;

— piso salarial equivalente ao MS-1 e teto correspondente ao MS-3 com adicionais;

— previsão de duas modalidades de ascensão: vertical (baseada em titulação) e horizontal (mediante avaliação do trabalho docente em seus aspectos quantitativos e qualitativos: cursos realizados, produção de material didático, desenvolvimento de laboratórios, orientação de alunos em trabalhos práticos e estágios, entre outras atividades).

Elaborado o plano, foi realizada uma enquete nos dois Colégios entre os dias 22 e 26 de agosto na qual votaram 98 docentes com o seguinte resultado: 95 aprovações, 2 votos contra, 1 abstenção.

No dia 27 de agosto os representantes docentes dos Colégios e ADUNICAMP em audiência com o Reitor entregaram o plano de Carreira elaborado democraticamente e com participação significativa dos professores. Estamos certos de que sua aprovação colaborará decisivamente para a melhoria das condições de trabalho e nível de ensino.

Finalizando, gostaríamos de agradecer a assessoria do Prof. Bryan da Faculdade de Educação, que muito nos ajudou.

Curtas

e

Grossas

ATRIBUIÇÕES DO CONSU —

I

O Reitor, semanas atrás, encarregou uma comissão, presidida pelo vice Reitor, de elaborar uma proposta de atribuições para o Conselho Universitário. Sobre a sucessão do cargo maior da Universidade, esta comissão concluiu que caberia ao CONSU: "organizar e encaminhar a lista para a escolha do Reitor, contemplando necessariamente o resultado da consulta à comunidade".

ATRIBUIÇÕES DO CONSU —

II

O Reitor submeterá ao Conselho Diretor a seguinte redação: caberá ao CONSU: "organizar a lista a ser submetida ao governo do Estado para a escolha do Reitor. Para tanto poderá realizar consulta indicativa à comunidade universitária".

AINDA O BANESPA

Diminuíram as filas no Banespa. Agora elas são organizadas do lado de fora. Assegura-se que serão plantadas árvores ao longo da fila. Dentro de 5 anos teremos sombra.

CHEGA DE SARCASMO

Os extratos continuam atrasados e com lançamentos sem exposição clara da origem. Como se não bastasse, estão ocorrendo casos de inclusão de professores no "Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos".

Brincadeira tem hora. Esta questão do Banespa está no nível do insuportável.

PROFESSOR "ASSALTADO"

O professor Italo Bernardino, do Instituto de Geociências, possui telefone, emprego e residência fixos. Foi cadastrado como emitente de cheques sem fundos. Só não ficou sabendo porque. Além disso, o Banespa ainda o lesou em Cz\$ 139,00 para cobrir os custos de cadastramento!

CHURRASCO A "TUTANKAMON"

Se você não gosta de "fillet a Chernobyl", com césio 137 ou 139, pode desde já optar pelo mal passado "Tutankamon" de reses frescas embalsamadas na França.

JÁ TOMOU SEU CHERNOBYL HOJE?

É a nova marca de leite à sua disposição no mercado. Veio da Irlanda com índice de radioatividade 2400 becquerels/quilo, segundo laudo do Instituto de Radioproteção e Dosimetria — IRD. Os índices adotados pela Organização Mundial de Saúde são de 300 a 400 becquerels/quilo, como níveis permissíveis para os seres humanos.

Quem poderia imaginar que Chernobyl iria nos proporcionar tamanha fartura em leite, garantindo inclusive a sobrevivência do Plano Cruzado neste setor!

POUCOS SOUBERAM

O cargo de Assessor para Assuntos Externos da Reitoria foi extinto. Era ocupado pelo professor Neder.

PÉSSIMO EXEMPLO

O Prof. Pinotti, no final de sua gestão, aprovou "ad referendum" II (onze) contratações diretamente encaminhadas pelo diretor do Instituto de Economia. Não houve pois, na ocasião, apreciação do Conselho Diretor. Siquier tinha havido apreciação de algum Departamento ou da Congregação daquele Instituto.

PIOR AINDA...

É que as onze contratações só foram apreciadas pela Congregação do Instituto de Economia, 5 meses depois! A esta altura os contratados já estavam exercendo plenamente suas atividades, inclusive com direitos trabalhistas já adquiridos, constrangendo grande parte dos membros daquela Congregação a questionar o encaminhamento dado.

FELIZMENTE...

A reitoria baixou portaria proibindo que sejam feitas contratações "ad referendum" das Congregações das Unidades. Seria importante que esta norma passasse a fazer parte dos Estatutos da Unicamp, para evitar surpresas em gestões futuras.

ninguém sabe os números certos. Os mais otimistas ficam por volta dos 15 milhões. Mas há muitos que dizem que a verdade está mais próxima dos 30 milhões. São estes os números dos menores carentes, abandonados, infratores, crianças que andam sozinhas pelo mundo, sem lugar certo onde dormir ou comer. Muitos passaram por nossas escolas. Mas saíram logo. Perceberam que as lições que ali se ensinam são para um outro mundo, diferente daquele em que elas têm de viver, selva onde quem é fraco ou bobo apanha e morre. Mesmo aqueles que teima e persistem logo aprendem que não há alternativas. Depois da escola, não têm para onde voltar. Não conhecem o que é nem casa e nem lar. Barraco vazio. O pai está fora. Também a mãe. Nos empregos, biscates, virações. Razões para se ficar ali dentro não há. É pobre, feio. Paredes nuas. Não há nem brinquedos e nem onde brincar. Livros, nem se fala. Uma enorme solidão, abandono sem fim. Melhor é a rua. Lá está a luz, a criançada e a gente grande, a vida, tal como acontece, os jeitos que se aprende de descolar um dinheiro, de cheirar uma cola, de furtar algo. E vai-se aprendendo então um outro currículo, sem cartilhas e sem planejamento adequado à realidade: o mundo, tal como ele é. Ah! Como são fracas as escolas só de idéias nas cabeças e palavras nas cartilhas. Como dizia alguém, faz um século, “não é a consciência que faz a vida, é vida que faz a consciência”: o mundo não começa no currículo mas no lugar onde se trava a batalha pela existência. E desta escola vão se formando, sem diplomas, para muitas coisas: trombadinhas, assaltantes, para as FEBEMs, o crime, as penitenciárias, o matar e o morrer, ou a tristeza sem fim da desesperança. E nós vemos isto ir crescendo, e cresce também o medo, e nem mais sabemos o que fazer, e vem as sugestões loucas de só aumentar o potencial de fogo da polícia, a multiplicação das prisões, e até mesmo os campos de concentração e, ao final, a pena de morte. Esquecemo-nos de que cada criminoso foi, um dia, uma criança que passou bem perto de nós. Se tivéssemos tido amor e vontade talvez o seu destino pudesse ter sido mudado. Há coisas que podem ser feitas, se quisermos.

E foi isto que se pensou. Quem sabe há sobras que possam ser usadas? Isto mesmo: começar com as sobras. Os espaços vazios de nossas escolas, ociosos, o tempo em que ficam desocupados. E outros espaços que porventura existam. Se eles forem abertos para estas crianças que não têm para onde voltar, se houver um espaço livre e protegido onde elas possam ficar um pouco mais, quem sabe até que a mãe ou o pai volte do trabalho, talvez haja mais chances. Talvez as lições aprendidas tenham mais tempo para germinar e nascer. Nada complicado: só um espaço livre, para brincar, fazer as lições, ler, aprender outras coisas diferentes, ouvir histórias, viver um outro tipo de relação com os professores. Não, ninguém seria obrigado. Nem todas as escolas têm espaço livre. Nem todas as pessoas têm a vontade. Só onde houvesse a sobra, especialmente aquela sobra que só o amor e a vontade têm o poder para descobrir e para inventar. Não se tiraria nada do que existe. A escola, tal como tem sido, continuaria, do mesmo jeito, sem ser empobrecida, sem ser mudada. Bastaria acrescentar algo; quem quisesse, usando as sobras. E assim poderíamos abrir este espaço protegido onde nossas crianças pobres pudessem passar um pouco mais de seu tempo, sem medo, e comendo aquilo que não iriam encontrar em suas casas vazias. Idéia bonita, de tornar possível, à escola, ser também protetora. Pois, que adianta ensinar somente, se se sabe que a luta pela vida vai ensinar outras lições? Para que haja um saber é preciso, antes de mais nada, que exista um corpo onde ele possa crescer... Idéia tão absolutamente simples, que se pensou que era óbvia demais, nem seria necessário explicar; não se poderia imaginar que qualquer pessoa pudesse se opor a ela, pois qualquer coisa que se possa fazer pelos nossos Pixotes é coisa

“A sentença primeiro...”

Rubem Alves
“Para os amigos não é preciso explicar;
para os inimigos é inútil explicar”.

para ser acolhida e ajudada. Mas o inesperado aconteceu, e aí, para nosso espanto, todas as explicações parecem inúteis...

Disseram, primeiro, que o PROFIC (foi este o apelido que a idéia recebeu) violentava a especificidade da escola, que a escola é instituição onde os professores ensinam e os alunos aprendem, e que não é sua função

cuidar de menor abandonado: projeto assistencialista. Me lembrei então que esta conversa sobre a especificidade de escola eu já a ouvira de outras bocas. No tempo da ditadura quando a gente tentava fazer algo diferente, político, nas escolas, vinha a repressão para dizer que a especificidade da escola é ensinar e que a função do aluno é



O Profic na Faculdade de Educação

Angel Pino Sirgado
Agueda B. Uhle

Helena C. L. de Freitas

Ivani R. Pino
Lucila S. Arouca

Os professores da Faculdade de Educação manifestaram, tempos atrás, interesse em discutir mais profundamente o PROFIC — Projeto de Formação Integral da Criança — desde que este se tornou público, e, principalmente devido aos debates com as entidades do magistério e os educadores em geral, propuseram um debate com os organizadores da proposta. Neste sentido, realizou-se no dia 22 de setembro, um debate com o Prof. RUBEM ALVES que respondeu ao convite formulado pela Congregação e que já havia se dirigido aos colegas através de uma carta intitulada “Aos amigos não precisa explicar”.

O Prof. Rubem iniciou sua exposição apresentando os objetivos do PROFIC e, para surpresa dos presentes, preocupou-se mais em responder às críticas ao Projeto do que discutir o projeto propriamente dito. O projeto foi considerado banal pois visa atender necessidades óbvias com as condições atuais existentes na Secretaria de Educação e nas próprias escolas da Rede. Esta afirmação, no entanto, não resistiu às próprias letras do projeto, que prevê a construção de módulos e aluguel de imóveis nas proximidades das escolas públicas para garantir a aplicação do projeto na sua íntegra.

Com relação aos pressupostos teóricos do projeto, a afirmação é de que a única intenção da Secretaria é a de tirar o menor da rua e do contato com a violência e a droga.

Sobre a programação de atividades para as 4 horas suplementares da criança na Escola, o Prof. Rubem disse não haver programação específica, pois o objetivo é proteger a criança. Ainda nas palavras do professor, a falta de programação obedece ao

princípio de “criar espaços vazios”, já que um dos problemas da Escola é o excesso de conteúdo, de conhecimento.

Questionou-se, ainda, sobre orçamento e captação de recursos, relacionando estas questões com a problemática mais ampla de condições de trabalho do professor e as condições concretas de funcionamento da Rede pública. Com relação a estes pontos, nada pôde informar o Prof. Rubem Alves, manifestando ainda o desconhecimento das condições de implantação do PROFIC e comprometendo-se a, oportunamente, trazer um dos membros da equipe para prestar maiores informações.

Há ainda outras tantas questões sobre as quais se questionou, principalmente às relativas à prioridade para o 1º Grau, aumento do número de vagas e extensão da obrigatoriedade do ensino de 1º Grau, aumento do número de vagas e extensão da obrigatoriedade do ensino de 1º Grau para todas as crianças de 7 a 14 anos. Sobre estas e outras questões, no entanto, nos manifestaremos no próximo número do jornal.

Queremos, no entanto, manifestar nossa estranheza diante do fato de que um dos principais assessores da Secretaria de Educação para o PROFIC tenha travado um debate sobre assunto tão sério quanto polêmico de madeira tão descomprometida como podemos observar. As questões educacionais merecem cuidado melhor e pedem que se respeite os caminhos difíceis e conflituosos da realidade educacional e escolar. É por tudo isto que a grande maioria dos professores e alunos presentes ao debate só podem manifestar sua perplexidade e descontentamento com a maneira que tem sido tratada a Educação no nosso Estado.

aprender. E me admirei que tivéssemos memória tão curta e que aquilo que ontem esteve na boca dos generais estivesse hoje na boca de outros. Por outro lado, especificidade não é algo que caiu dos céus. Não há um metafísica da escola que a justifique. Tudo é historicamente construído. Não é isto que se repete sempre, em nossos catecismos? Pois a especificidade também. Se nós, por um ato de vontade, decidirmos que a escola vai ensinar e proteger, será esta a missão da escola, e será isto que se deverá escrever em nossa Constituição. E se há 30 milhões de crianças carentes, abandonadas e infratoras, fazer de conta que isto não existe, e dizer que a escola por sua especificidade, não tem responsabilidade nesta área, é nada mais que alienação e irresponsabilidade.

Depois disseram que está fora de época. Que é fim de mandato. Em fim de mandato (pelo que pude entender do argumento) não se faz nada. Porque ou é medida eleitoreira ou está condenado a desaparecer: cada administração destrói sempre o que a outra fez. Imagino se o problema fosse uma epidemia de febre tifóide, ou outra praga qualquer. Será que alguém iria dizer que as medidas de saúde pública eram “extemporâneas” — como o dizem os críticos do PROFIC? Claro. Tudo tem a ver com prioridades. A epidemia é perigo para qualquer um. Mas há muitos que parecem não sentir que 30 milhões de menores carentes, abandonados ou infratores é tragédia maior que qualquer epidemia. Alegam, também, que o PROFIC é coisa conservadora, não vai à raiz do problema, paliativo. Que não vai resolver o problema bem o sabemos. Também a insulina que o diabético toma, todo dia, não o cura do seu mal. Mas ajuda. Torna possível uma vida normal. E não é assim que agimos, no dia a dia? Quem só se dispõe a lutar por soluções definitivas está condenado à paralisia prática. Fica impossibilitado de construir: pois nada é radical que chegue. E se transforma então num perito em demolições: tudo o que os outros pretendem fazer vira objeto de sua “consciência crítica”.

Declaram que a criação deste espaço novo para as crianças pobres não é uma prioridade no momento. Há outras coisas mais urgentes a se fazer. Mas prioridade não é coisa abstrata: é socialmente construída. Para as classes ricas um novo aeroporto pode ser prioridade. Mas para favelado que mora em barraco uma torneira com água é mais importante. Concordamos em que o PROFIC possa não ser uma prioridade para os seus críticos. Mas eu gostaria de passar a palavra aos 30 milhões, e ouvir aquilo que têm a dizer os seus pais e suas mães...

Idéia tão simples. Há os menores abandonados. O sofrimento. A violência. Há também os espaços vazios, que podem ser usados. E muitas pessoas que estão com vontade — só elas, ninguém será obrigado... Por que não fazer? E é diante disto que as críticas ficam incompreensíveis. Não se trata de um mal-entendido a ser resolvido por explicações cada vez mais claras e distintas. Não houve nenhum mal entendido entre o cordeiro e o lobo. Curioso, coisa que talvez a psicanálise e a sociologia do conhecimento poderão elucidar: parece que a compreensão do projeto é tanto mais fácil quanto mais próximas estão as pessoas das crianças. Professores e professoras, diretamente ligados à meninada, parecem extraordinariamente compreensivos. Mas, à medida em que se sobe para os níveis mais altos do poder, o que era simples passa a ser complicado, e aquilo que era um programa para ajudar as crianças pobres passa a ser um truque político. Pois é: o pensamento sempre se move dentro dos limites dos nossos interesses dominantes.

Idéia tão simples. O que torna difícil compreender a violência e a substância das críticas. A menos que o Lewis Carroll tenha razão e no mundo da política as coisas às vezes acontecem como no julgamento do roubo das tortas, em que a rainha gritava:

“A sentença primeiro.
O julgamento depois...”

Para ver e ouvir

18 e 19 — **A INFIDELIDADE AO ALCANCE DE TODOS.** De Lauro Cesar Muniz. Centro de Conv. Cultural 21h.

25 e 26. **LOUCO CIRCO DO DESEJO.** De Consuelo de Castro. Teatro Castro Mendes, dia 25 às 20 e 22h e dia 26 às 19 e 21h.

23 e 24. **O DESPERTAR DA PRIMAVERA.** De Frank Wedelind. Centro de Conv. 21h.

EXPOSIÇÕES

7 a 21 — Arlita Angrizani. Linoliogravura. Biblioteca Públ. Municipal.

15/10 a 10/11 — Clodomiro Lucas. Papel e Timbragem. Galeria de Artes do Inst. de Artes da UNICAMP.

22/10 a 5/11 — Isabel Cristina Roese. Óleos/tela. Bibl. Públ. Municipal.

23/10 a 6/11 — Jean Gillon. Tapeçarias. Museu de Arte Contemporânea.

MÚSICA

28 — Ferando Lopes. Recital de Piano. Centro de Conv. Cultural 21h.

CINEMA

AUDITÓRIO DO SENAC

18 e 19 — **A HISTÓRIA SEM FIM.** De Wolfgang Petersen. Sab. 17, 19 e 21h e dom. 10, 15, 17, 19 e 21h.

25 e 26 — **E LA NAVE VA.** De Federico Fellini. Sab. 18,30 e 21h e dom. 16,30, 19 e 21h.

SALA PONTO DE CINEMA. Sab. e dom. 17, 19 e 21h. 2ª a 6ª 20h.

18 a 22 — **ESTRATÉGIA DA ARANHA.** De Bernardo Bertolucci.

25 a 29 — **O MISTÉRIO DE OBERWALD.** De Michelangelo Antonioni.

Editora da Unicamp

90 títulos editados e mais de 250 mil exemplares neste ano

A Editora da Unicamp deverá ter lançado, até o final deste ano, cerca de 90 títulos, atingindo um total aproximado de 250 mil exemplares. Esta foi a forma que o professor Jaime Pinsk, atual diretor executivo da editora, garante ter encontrado para "promover a circulação do saber". Depois de passar por algumas editoras em São Paulo, ele se decidiu pela Unicamp, onde está há três anos.

A Editora vem trabalhando atualmente em cinco séries distintas. Estão sendo editadas periodicamente as séries "Unicamp", "Manuais", "Pesquisa", "Teses" e "Debates". Cada uma com suas características técnicas próprias, conforme adianta Jaime Pinsk. "Temos obras de vários tipos, desde as mais sofisticadas às mais simples. O importante não é a beleza da obra. O importante é que ela cumpra seu papel social. É dentro desta filosofia que estamos trabalhando com a Editora da Unicamp".

Para poder promover o saber de forma efetiva é necessário um eficiente sistema de distribuição do material editado. No caso da Unicamp, esta dis-

tribuição se dá de três formas. "Realmente o maior problema das editoras universitárias era o problema do escoamento. Nós resolvemos o problema utilizando três caminhos. Em casos de co-edição, a empresa comercial que custeou a produção, faz a distribuição, ficando a Editora apenas com os centros universitários. Em casos de edições próprias a distribuição é feita por uma distribuidora que fica com 50% da tiragem. E, num terceiro caso, a distribuição se dá via PIOL — Programa Interuniversitário de Livros. E existe ainda a venda direta a professora, funcionários e alunos, com descontos que chegam a 30% do preço de capa.

Como editar

A Editora não tem medido esforços na busca dos autores. E Jaime Pinsk esclarece que eles tem sido encontrados dentro e fora da universidade. "Desde que o conteúdo da obra seja aceito pelo Conselho Editorial, nós editamos. Qualquer autor. Basta que o interessado entre em contato conosco e tudo mais será resolvido. De posse do material va-

mos analisá-lo, verificar sua validade e, em caso positivo, definir suas características técnicas".

Os autores editados pela Editora da Unicamp são remunerados também de várias formas. Em caso de co-edições, eles recebem os direitos autorais com base nos valores do mercado livreiro. Em caso de edições facsimilares da própria editora, os autores são remunerados em livros. As edições facsimilares não são produzidas com sofisticação material, mas nem por isso deixam de receber o cuidado necessário para que, mesmo simples na produção gráfica, não perca a personalidade de um bom volume. Um exemplo disso é o manual *Conformação Plástica dos Metais* — vol I — que tem seu preço de capa em 40 cruza-dos e é vendido aos interessados por 28, após a aplicação do desconto de 30 por cento.

O custo da Editora hoje, para a universidade, não atinge

— segundo Jaime Pinsk, o salário de três professores titulares. "Estamos trabalhando com uma pequena equipe de 12 pessoas e temos conseguido ótimos resultados. O número de títulos publicados diz tudo. No nosso primeiro ano editamos 14 títulos, no segundo ano, cerca de 50 e até o final de 1986 chegaremos com certeza aos noventa títulos e mais de 250 mil exemplares. Produzimos obras de acordo com as necessidades porém com o único objetivo de fazê-las cumprir o seu papel social".

Localização

A Editora da Unicamp não está situada dentro do campus universitário, mas também não está tão longe dele. Ela está à rua Cecílio Feltrin, nº 253, na Cidade Universitária, em Barão Geraldo. Os telefones para contatos são: 39.1301 ramais 2568 e 2585 ou pelo direto



ESPORTES

Sobre pedagogia e esporte

Bertold Brecht amava o boxe. Brecht queria ver no seu teatro o mesmo público que encontrava no esporte. Não conseguiu.

De nossa parte, gostaríamos de ver, na relação pedagógica, dentro da Universidade, um pouco, ao menos, do que vemos nos estádios de futebol agressão, machismo, corrupção? De fato, a academia tem razão: o esporte aliena, corrompe, anestesia. No esporte as pessoas se batem, se xingam, se matam até. A academia só não tem razão quando não procura compreender o esporte, um dos fenômenos mais importantes do nosso século. "Como então você acha que boxe é esporte?" Entre irritado e surpreso, um aluno não admitia a afirmação. O boxe é esporte por ser uma atividade humana. No campo desportivo, incluindo a arquibancada, os homens são cristalinos. Revela-se aí, o que consideramos bem e mau. Ao

contrário da academia, onde simulamos o que não somos. E mesmo até no teatro, era o lamento de Brecht.

A violência no esporte choca, às vezes, até o mais violento dos homens, se ele não estiver envolvido na disputa. No entanto, quase nunca se vê um homem chorar, a não ser nas arquibancadas de um campo de futebol. Raramente assistimos dois homens se beijando, a não ser quando o atacante explode em alegria após marcar um gol.

A pedagogia tem muito o que aprender com o esporte. Este, por sua vez, até hoje foi totalmente refratário às descobertas da pedagogia. São, ambas, coisas graves. Os

nossos alunos continuarão sendo eternamente meros sentadores em carteiras, imóveis, opacos, insensíveis? Que homem, que mulher, é aquele aluno que senta na nossa frente na hora da aula? Não sabemos, na aula ele não chora, não ri, nunca se mexe, não grita, não xinga, não ama nem odeia. Não são coisas da mente.

Não é só porque somos professores de Educação Física que desejamos corpos em movimento nas nossas aulas, que, por sinal, são, em boa parte, teóricas. Desejamos corpos que se emocionem, que vibrem a cada palavra, que recebam também em seus corações a Einstein, a Freud, a Piaget.

Talvez nós, professores universitários, sejamos maus atores. Ao contrário do lutador de boxe.

Há muito o que aprender no esporte. Este é um assunto de academia, pelo menos é o que deveremos fazer aqui na Unicamp. Podemos continuar sendo ortodoxos, se quisermos, e continuar deixando o futebol, por exemplo, nas mãos do Nabi ou do Marín. Mas vejamos que oportunidade rara de compreender o espírito humano!

Que ser humano estranho esse que senta nos bancos escolares, que não nos permite conhecê-lo! É possível aprender nesse tipo de relação? É possível aprender sem corpo, sem coração? Fico imaginando de onde virá a energia para tanta teoria, senão do que há de mais primitivo em nós, exatamente daqueles pedaços que desprezamos, ou seja, do pescoço para baixo!

Tribuna livre

Quem são os "radicais" da Unicamp

Raul V. Ribeiro — Fac. Eng. Elétrica

Nas últimas eleições na UNICAMP, ocorreu menos um debate político entre os opositores e mais um processo de rotulação de pessoas e de grupos. Pessoas com tendências políticas diferenciadas, mas independentes frente a Administração, são mais e mais colocadas dentro de um mesmo rótulo: radicais, xiitas, petistas enrustidos e petistas, mesmo que sejam apartidárias ou filiadas a outros partidos políticos. Junto ao rótulo, vêm as acusações de tentarem partidizar a vida política universitária. Este processo, em alguns lugares, tem chegado ao extremo de se acusar algumas destas pessoas de "atracarem o progresso" das Unidades a que pertencem. Ao invés de se debater propostas, desqualificam-se os oponentes, acusando-os de radicais e subversivos, contrários ao "bom senso que norteia a administração". Partidariza-se a universidade ao colocar-se todos os grupos de pensamentos não alinhados com a direção de baixo do mesmo rótulo partidário e ainda os tornam culpados por isto. Este tipo de comportamento é semelhante a outro ocorrido na história recente do Brasil. Pessoas, com posições críticas frente ao regime, eram tachadas de inocentes úteis, filo e cripto comunistas, marginalizadas e condenadas ao silêncio. Atualiza-se a terminologia, altera-se o grupo que faz a acusação, mas a essência do procedimento é a mesma.

O que mais preocupa é o fato de atrás do processo de rotulação vir o procedimento de substituir pessoas que, com competência para tanto, participam na Administração, mas não compartilham da posição política oficial, por outras que se subordinam completamente a ela. Este fato não ocorria mesmo em administrações não progressistas anteriores.

Nota-se o crescimento de um medo difuso, mas generalizado, das pessoas se manifestarem frente à possibilidade de serem marginalizadas, sem verem ao menos suas posições debatidas. Este tipo de coisa é facilitado pela falta de informação dos docentes sobre os processos políticos gerais da universidade, pelo uso da máquina da administração que, em alguns de seus setores, participa ativamente deste tipo de campanha e, pelo silêncio de alguns poucos, cientes do processo mas receosos de perderem posições.

É obvio que aqueles que assim procedem sabem muito bem que o corte político na universidade não é partidário. Nenhum partido nacional tem uma proposta pronta e acabada para a universidade. E isto é ótimo, pois é do debate pluralista na comunidade universitária, se isto for permitido, e com outros setores, inclusive os partidos, que poderemos chegar à Universidade que queremos.

Na era dos dinossauros

Irenilza de Alencar Nüäs — Fac. Eng. Agrícola

Ouve-se muito falar sobre as reformas administrativas, especulações, fim ou junções de estatais, parece que há uma grande mobilização para findarem os "reinados" desses enormes sorvedores do dinheiro público. No caso específico da agricultura, há algum tempo houve uma saída estratégica, com a mudança da presidência da EMBRAPA, com documentos escandalosos, carta aberta ao presidente da república, rebuscadas intrigas com multinacionais e pesquisadores, fofocas e tudo o mais que um deposto se crê no direito.

Com mais de dez anos de vida e longe de sua maioridade, a EMBRAPA ainda engatinha em suas pesquisas. Detentora de um vasto exército de doutores e pesquisadores titulados no país e no exterior, estão em sua grande maioria ocupando cargos administrativos e bem longe de colocarem as mãos na massa. No início, criada para pesquisa, hoje ensina, pesquisa, desenvolve e divulga, concorrendo em alguns setores com outra estatal de grande porte, a EMBRATER. Grandes dinossauros da nossa pesquisa agrícola. Já ouvi de um ex-diretor da empresa que há uma teoria de que os dinossauros entraram no processo de extinção quando se tornaram grandes demais. Talvez ele estivesse se referindo à própria EMBRAPA. Com seu sistema de ascensão funcional ligado a publicações e participação em congressos e simpósios, acontece o mesmo que na maioria das universidades do Governo, onde se publica pesquisa pura ou aplicada em revistas científicas, cujo limitado público lê, e o agricultor raramente chega a receber algum fruto desses artigos. E é o próprio agricultor quem acaba arcando com o ônus da pesquisa cujos resultados não o atingem, endireitando peças e implementos se ajeitando, dentro dos seus limites de compreensão e sempre olhando torto para pesquisadores e extensionistas que, de vez em quando, aparecem com um discurso novo.

Moro na região Bragantina e, quase toda a soja plantada nessa região, é de uma variedade do Instituto Agrônomo de Campinas, instituição de renome, que nem a perseguição de maus governadores de São Paulo conseguiram denegrir. Entretanto, também lá se infiltrou a EMBRAPA, assim como em muitas Universidades que, carecendo de verbas próprias precisaram se aninhar nos braços do primo rico. O monopólio de qualquer espécie é prejudicial. De pesquisa, é inadmissível. De pesquisa agrícola, é perigoso, pois incorre em prejuízo de produção de alimentos, principalmente, num país que ainda não produz tudo o que consome. O livre direito de pesquisar deve vir das necessidades do produtor e não da imposição das elites, que muitas vezes querem transferir seus conhecimentos adquiridos no exterior, para seu país tropical.

Entretanto é possível transferir, é possível adaptar, é possível passar da enxada para a tração animal, para a tratorização, para a mecanização total nos vários Brasis agrícolas. Cada coisa a seu tempo, cada carga no seu burro. Agora, filosofar sobre a enxada e se manter na sua apologia ou filosofar sobre minhocas e achar que serão a solução dos solos nacionais é o mesmo que aplicar a pajelança para todos os males do corpo. Pode se correr o risco de não funcionar e ser então, tarde demais para que a produção nacional de produtos básicos seja suficiente para a mesa dos brasileiros.

Por que não votamos nas eleições da CIPA

João Batista Freire da Silva e Lino Castellani Filho — Fac. Ed. Física

Está acabando 1986: o segundo ano da Nova República. Nós, os cidadãos da dita, ávidos e grávidos de democracia, esfregamos as mãos de impaciência. De quê?! De democracia, ora, mais aguardada até que carne nos açougues, por sinal, produto que anda às turras com o plano cruzado. Não dá prá esperar mais um pouco? Perguntamos autoridades da justiça, do trabalho, da economia... E nós, que não queremos virar algozes da redenção econômica dizemos: dá, mais um pouquinho. Afinal, o que é uma greve, nessa ordem de coisas? Só não sabemos porque boi pode e a gente não.

E, no entanto, quase dois anos depois, "algos" acontecem que nos lembra a já famosa frase do célebre estadista: "farei deste país uma democracia, nem que seja na marra". Frase que, se não encontrou eco na Velha, na Nova República ressoou altaneira em muitos ouvidos democráticos. A velha e carcomida ditadura "nem sempre morreu". O verde oliva dos gabinetes, das paradas e dos porões trocou-se pelos new-waves verde-amarelos, mas, algum ranço ainda persiste resistente.

E aí nos levantamos nós, dois humildes operários desta academia, para dizer um singelo e insonoro não a uma simples eleição da CIPA (quem sabe o que é isso?). Aproveitamos para divulgar: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que, pela força da lei, precisa ser eleita pelo voto na marra, no melhor estilo do último estadista da Velha República, aquele que apagou as luzes (mas deixou velas acesas). Índice de abstenção: nulo ou por aí. Euforia geral nas trincheiras democráticas. Todo mundo vota, portanto, temos democracia. Não importa se ninguém sabe o que é CIPA, se não se conhecem os candidatos e os cargos. Cumpra-se a livre obrigação de votar. Assim disse o Ministério do Trabalho, assim se fez.

Voto é voto, voto é importante, voto é democracia. Mas, quando usado indevidamente, por que não dizer não? Generalizou-se neste país a confusão, para uns casual, para outros proposital: de Presidente da República a Fiscal de classe, todos votam, nem que seja na marra. E quem não o fizer, tome de multa. Disseram-nos que perderemos um dia de salário. É nessas horas que achamos bom ganhar pouco.

Será que só a gente acha ruim votar na marra? Nós adoramos votar, para Reitor, Diretor de Faculdade, Prefeito, Vereador e Presidente. Nem precisamos nos obrigar, mas, se a gente não quizesse votar, por que não? Até que soaria bem a abstenção para se avaliar o processo eleitoral, mas, quando todo mundo vota, o processo vai bem, obrigado, a estatística o prova.